



2006
Relatório e Contas

Índice

Conselho de Administração	3
Organigrama	4
Dados Característicos	7
Esquema da rede de transporte	8
Síntese	11
Informação Técnica	15
I. Produção	17
II. Transporte	25
III. Distribuição	30
IV. Comercialização	33
V. Qualidade de Serviço	38
VI. Investimento não Específico	39
VII. Recursos Humanos	41
Informação Económica e Financeira	43
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais	59
Relatório e Parecer do Fiscal Único	103
Certificação Legal das Contas Consolidadas	107
Extracto das Actas da Assembleia Geral	111

Conselho de Administração



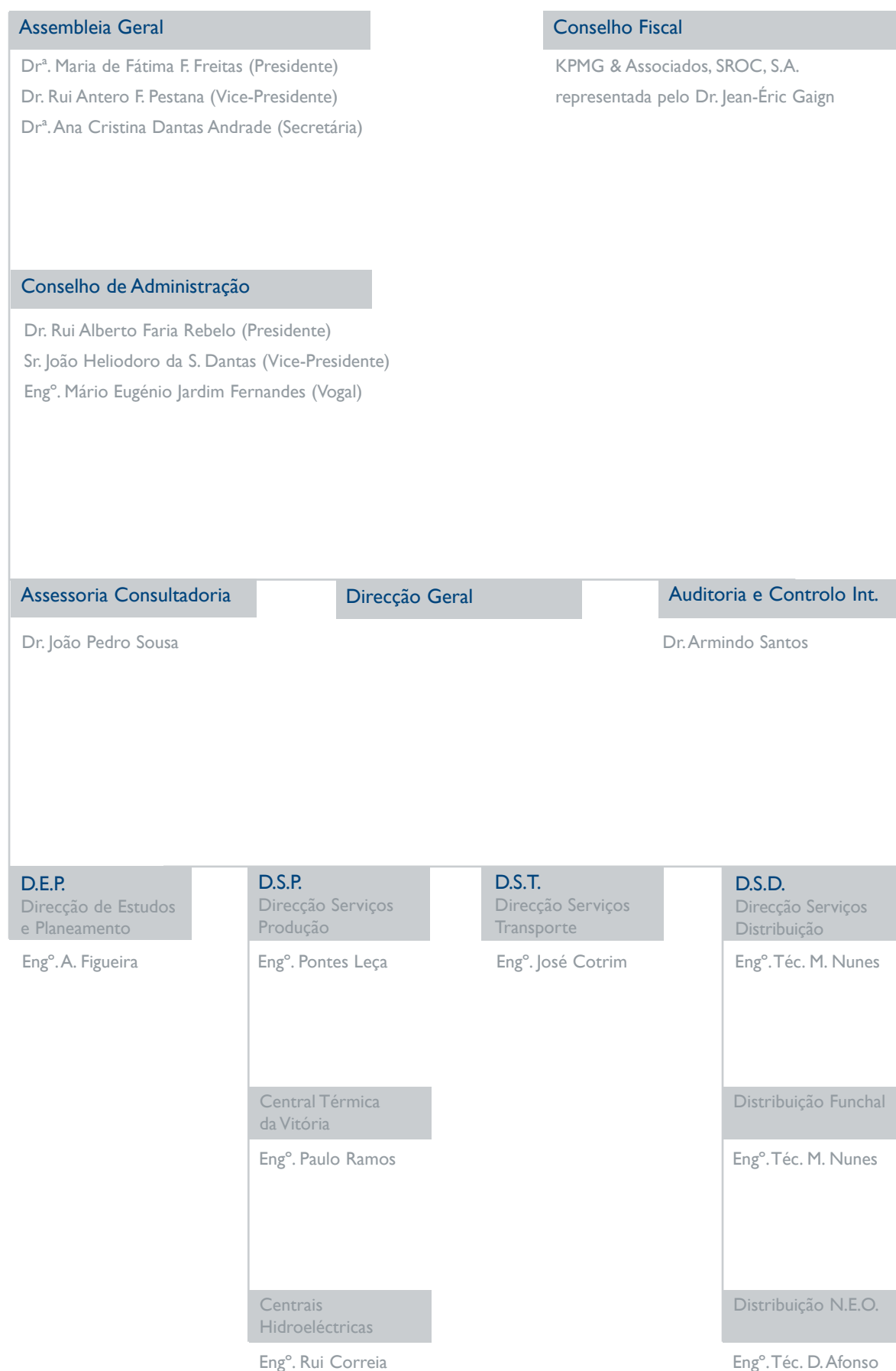
Da esquerda para a direita:

Sr. João Heliodoro da Silva Dantas (Vice-Presidente)

Dr. Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)

Engº. Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)

Organograma





D.S.A. Direcção Serviços Administrativos	D.S.O. Direcção Serviços Obras	D.T.S.J. Direcção Trabalho e Serviços Jurídicos	D.S.I. Direcção de Sistemas de Informação	N.P.S. Núcleo do Porto Santo
Dr ^a .Ana Borges	Eng ^o .António Marrana	Dr ^a .A. Cristina Dantas	Eng ^o .António Nunes	Eng ^o . Luís J. Afonso
S.I.A.M.	Hidráulica			
Eng ^o .Alberto Pestana	Eng ^o . G. de Almeida			
	Obras			
	Eng ^o .António Marrana			

Dados Característicos



[illegible]

Origem da produção de energia eléctrica na RAM - (Sistema da EEM)

GWh	2002	2003	2004	2005	2006
Madeira	545,76	516,12	569,16	617,79	642,66
Hidroeléctrica	129,85	126,27	60,46	82,58	108,67
Termoeléctrica (Vitória)	415,91	389,85	508,70	535,21	533,99
Porto Santo	28,35	31,16	34,76	37,37	37,47
Termoeléctrica	27,40	30,23	34,03	36,58	36,77
Eólica	0,95	0,93	0,74	0,79	0,70
Total RAM	574,10	547,28	603,92	655,16	680,13

Aquisição de energia eléctrica - Outras entidades

GWh	2002	2003	2004	2005	2006
Madeira	168,60	238,17	247,18	246,09	251,31
Hidroeléctrica	3,45	3,89	3,96	4,36	4,19
Eólica	14,12	15,94	16,11	15,26	15,44
Termoeléctrica (Caniçal)	149,59	192,19	192,00	192,17	192,35
ETRSU (Meia Serra)	1,43	26,14	35,11	34,30	39,33
Porto Santo	1,44	1,30	1,06	1,11	1,04
Eólica	1,44	1,30	1,06	1,11	1,04
Total RAM	170,04	239,47	248,24	247,21	252,35

Balanço de energia eléctrica na RAM - 2006

GWh	Emissão para a rede	Fornecimento a Clientes
Madeira	878,34	798,42
Porto Santo	36,32	34,98
Total RAM	914,66	833,40

Rede de Transporte e Distribuição MT na RAM

Km	2002	2003	2004	2005	2006
6,6 kV	896,84	924,71	1.020,40	1.075,58	1.131,31
Aérea	498,30	504,75	519,10	527,86	538,87
Subterrânea	398,54	419,96	501,30	547,72	592,44
30 kV	317,61	317,61	335,41	345,11	356,86
Aérea	222,82	222,42	233,92	234,85	236,01
Subterrânea	94,79	95,19	101,49	110,26	120,85
60 kV	68,10	68,10	68,10	68,10	68,10
Aérea	68,10	68,10	68,10	68,10	68,10
Subterrânea	-	-	-	-	-
Total RAM	1.282,55	1.310,42	1.423,91	1.488,79	1.556,27

Subestações					
	2002	2003	2004	2005	2006
Madeira					
Nº	25	25	25	25	27
Potência Instalada (MVA)	398	403	427	427	445
Porto Santo					
Nº	3	3	3	3	3
Potência Instalada (MVA)	16	16	16	16	16
Total RAM					
Nº	28	28	28	28	30
Potência Instalada (MVA)	414	419	443	443	461

Postos de Transformação na RAM - 2006						
	Privados		Públicos		Total	
	Nº	P (kVA)	Nº	P (kVA)	Nº	P (kVA)
Funchal	102	64.965	442	230.765	544	295.730
Câmara de Lobos	10	6.370	103	38.110	113	44.480
Ribeira Brava	4	1.880	99	29.020	103	30.900
Ponta do Sol	2	300	48	17.345	50	17.645
Calheta	3	1.040	117	30.213	120	31.253
Porto Moniz	-	-	47	11.260	47	11.260
São Vicente	2	475	54	14.505	56	14.980
Santana	10	3.755	82	16.580	92	20.335
Machico	27	15.105	111	39.765	138	54.870
Santa Cruz	38	21.230	234	87.675	272	108.905
Porto Santo	18	9.345	65	20.550	83	29.895
Total RAM	216	124.465	1.402	535.788	1.618	660.253

Dados Comerciais					
	2002	2003	2004	2005	2006
Madeira					
Nº Consumidores	113.055	116.838	120.438	124.041	126.504
Consumo (GWh)	636,83	685,84	729,89	768,36	798,42
Doméstico e Agrícola	212,38	228,66	237,59	248,30	263,51
Comércio e Serviços	256,78	279,12	301,05	314,85	334,65
Serviços Públicos	45,94	50,47	53,82	59,06	57,24
Indústria	65,68	70,27	78,71	77,63	75,26
Iluminação Pública	56,05	57,32	58,73	68,52	67,76
Porto Santo					
Nº Consumidores	3.495	3.647	3.888	4.120	4.275
Consumo (GWh)	27,18	29,64	32,66	34,54	34,98
Doméstico e Agrícola	5,93	6,25	6,58	6,73	7,21
Comércio e Serviços	8,47	9,59	10,25	11,24	12,77
Serviços Públicos	2,77	3,36	3,50	3,37	3,31
Indústria	8,63	8,94	10,61	11,23	9,77
Iluminação Pública	1,38	1,50	1,72	1,97	1,92
Total RAM					
Nº Consumidores	116.550	120.485	124.326	128.161	130.779
Consumo (GWh)	664,01	715,47	762,54	802,90	833,40

Recursos Humanos					
	2002	2003	2004	2005	2006
Nº de Trabalhadores	891	866	872	870	869

Dados Financeiros Consolidados					
€'000	2002	2003	2004	2005	2006
Volume de negócios	97.181	113.062	123.313	143.312	169.766
Resultado operacional	9.115	13.386	11.160	12.859	10.579
Resultado líquido	1.159	5.301	4.295	5.670	4.510
Activo líquido	410.035	424.654	445.217	510.899	567.034
Imobilizado líquido	258.303	250.952	262.581	294.005	322.226
Capitais próprios	141.283	136.818	138.650	146.237	153.820
Investimento	7.237	11.556	30.563	51.911	40.548

Síntese

Os investimentos da EEM no exercício de 2006, ascenderam a 40.548 milhares de Euros, apresentando a seguinte distribuição relativa por área de actividade: 23,9% na produção, 31,3% no transporte, 34,4% na distribuição, 2,7% na comercialização e 7,7% em investimento não específico.

Produção

Os investimentos realizados no sector da produção ascenderam a 9.704 milhares de Euros, sendo de destacar:

- Construção do terminal e “Sea-line” de abastecimento de combustível à Central Térmica da Vitória;
- Grandes reparações efectuadas nos Grupos nºs 5,7,11 e 12 da Central Térmica da Vitória.

Transporte

Os investimentos realizados no sector do transporte ascenderam a 12.700 milhares de Euros, incidindo, particularmente, no reforço da rede de transmissão, construção de novas subestações, aumentos de potência e sistemas de telecontagem.

Nas subestações, são de referir os seguintes investimentos:

- Novas subestações:
 - Santo da Serra 30/6,6 kV – 6 MVA;
 - Ponta Delgada 30/6,6 kV – 2 MVA;
 - Início da construção da Subestação de São João 60/6,6 kV – 2x15 MVA.
- Sistemas de telecontagem nas seguintes instalações:
 - Subestações: Palheiro Ferreiro, Livramento, Machico, Caniçal, Assomada, Lombo do Faial, Santo da Serra, Alegria, Santa Quitéria, Vitória/30 kV, Cabo Girão, Ponte Vermelha, Lombo do Meio,

- Lombo do Doutor, Calheta, Prazeres, São Vicente, Santana, Vila Baleira e Calheta/Porto Santo;
- Centrais: Fajã da Nogueira, Serra de Água, Ribeira da Janela e Central Térmica do Porto Santo;
- Postos de Corte: Aeroporto e Meia Serra.
- Aumento de potência de 10 MVA, na Subestação dos Viveiros.

Na rede de transmissão, assinalam-se as seguintes realizações:

- Conclusão da construção da linha dupla a 30 kV, entre a Subestação do Lombo do Faial e o sítio dos Moinhos, no Faial;
- Construção da linha dupla a 30 kV, entre a Subestação da Calheta e a Rotunda da Gafaria;
- Conclusão da ligação subterrânea a 30 kV, entre a Subestação de São Vicente e a Subestação da Ponta Delgada;
- Início do lançamento de cabo de 30 kV, entre a Subestação de São Vicente e a Central Hidroelétrica da Ribeira da Janela;
- Conclusão da rede de condutas na Rua da Carreira, para ligações a 60 kV e 6,6 kV, integradas na ligação entre a futura Subestação de São João e a Subestação dos Viveiros;
- Continuação da construção da linha dupla a 60 kV, entre a Subestação do Cabo Girão e a Subestação da Ponte Vermelha.

Distribuição

Os investimentos realizados no sector da distribuição ascenderam a 13.929 milhares de Euros, sendo de destacar os seguintes factos:

- Ligação/Instalação de 57 novos postos de transformação de serviço público;
- Ligação à rede de 12 novos postos de transformação de serviço particular;
- Telecomando de 12 postos de transformação;
- Lançamento de 62,48 km de rede de média tensão;
- Remodelação de 11,39 km de rede de média tensão;
- Lançamento de 14,49 km de novas redes de baixa tensão;
- Remodelação de 99,20 km de rede de baixa tensão;
- Instalação de 580 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 1.668 focos de iluminação pública.

Comercialização

No sector da comercialização os investimentos ascenderam a 1.101 milhares de Euros, sendo de destacar os seguintes indicadores:

- As vendas de energia eléctrica ascenderam a 798,42 GWh na ilha da Madeira e a 34,98 GWh na ilha do Porto Santo, perfazendo um total de 833,40 GWh na RAM;
- O número total de clientes ligados à rede em 31 de Dezembro de 2006 ascendeu a 126.504 e 4.275 nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, respectivamente;
- O volume de negócios consolidado ascendeu a 169.766 milhares de Euros.

Outras realizações

Os investimentos realizados em áreas não específicas, de carácter transversal à Empresa nomeadamente: estudos, instalações de uso geral, equipamentos, ferramentas e sistemas de informação, ascenderam a 3.114 milhares de Euros. Neste particular, são de destacar as seguintes acções:

- Sistemas de informação nas áreas comercial e técnica, destacando-se a continuação dos seguintes projectos:
 - SPO-Serviços Públicos On-line;
 - Inventariação da rede eléctrica no âmbito do projecto SIT-GeoEEM;
 - Software SAP IS-U (Industry Solution for Utilities).
- Sistemas de monitorização da Qualidade da Onda de Tensão.

Informação Técnica



I. Produção

No exercício de 2006, os investimentos promovidos no sector da produção ascenderam a 9.704 milhares de Euros, destacando-se na Central Térmica da Vitória, a construção do terminal e “Sea-line” de abastecimento de combustível, a continuação do processo de Certificação ISO 9001:2000, bem como, a realização de grandes reparações efectuadas em alguns grupos desta central.

A. Ilha da Madeira

Aproveitamentos Hidroeléctricos

Dos trabalhos realizados durante o exercício de 2006 nas várias Centrais Hidroeléctricas, destacam-se as seguintes realizações:

- Substituição do regulador de velocidade da turbina, na Central Hidroeléctrica da Calheta de Inverno;
- Substituição de instrumentos de medida e controlo, nas centrais Hidroeléctricas da Serra de Água e da Calheta;
- Substituição dos sistemas de corrente contínua, na Central Hidroeléctrica da Ribeira da Janela;
- Beneficiação e reconstrução do alternador do grupo nº 2 da Central Hidroeléctrica da Fajã da Nogueira.

Centrais Termoeléctricas

Central Térmica da Vitória

Na Central Térmica da Vitória procederam-se aos seguintes trabalhos:

- Continuação do processo de Certificação ISO 9001:2000;
- Construção do terminal e “Sea-line” de abastecimento de combustível;
- Grandes reparações nos grupos nºs 5, 7, 11 e 12;
- Revisões gerais aos grupos nºs 13 e 14;
- Instalação e ensaios do sistema SIT (Schiffs Industrie Technik), para redução de emissões;
- Extensão do sistema de monitorização em contínuo de NOx, aos grupos nºs 10 a 12.

A 31 de Dezembro de 2006, o sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira compreendia uma central termoeléctrica e nove centrais hidroeléctricas com uma potência instalada total de 208,93 MW. Deste valor, 158,54 MW (76%) estavam instalados na Central Térmica da Vitória e os restantes 50,39 MW (24%) nas centrais hidroeléctricas.

Sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira - 2006

	Térmica	Hidroel.	Total
Nº de centrais	1	9	10
Potência Instalada (MW)	158,54	50,39	208,93
Produção (GWh)	533,99	108,67	642,66

Central termoelétrica da EEM na ilha da Madeira - 2006

	Grupo nº	Pot. Instalada (MW)	Pot. Máx. Cont. (MVA)	Pot. Máx. Cont. (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Combustível
Vitória	1, 2	15,00	19,50	10,80			Fuelóleo
	3	7,50	9,75	5,00			Fuelóleo
	4, 5, 6	23,40	29,25	18,60			Fuelóleo
	7, 8, 9, 10	42,24	52,00	34,80			Fuelóleo
	11, 12, 13, 14, 15	57,60	70,00	48,50			Fuelóleo
	16	12,80	16,00	12,80			Gasóleo
Total-Vitória		158,54	196,50	130,50	533,99	520,82	

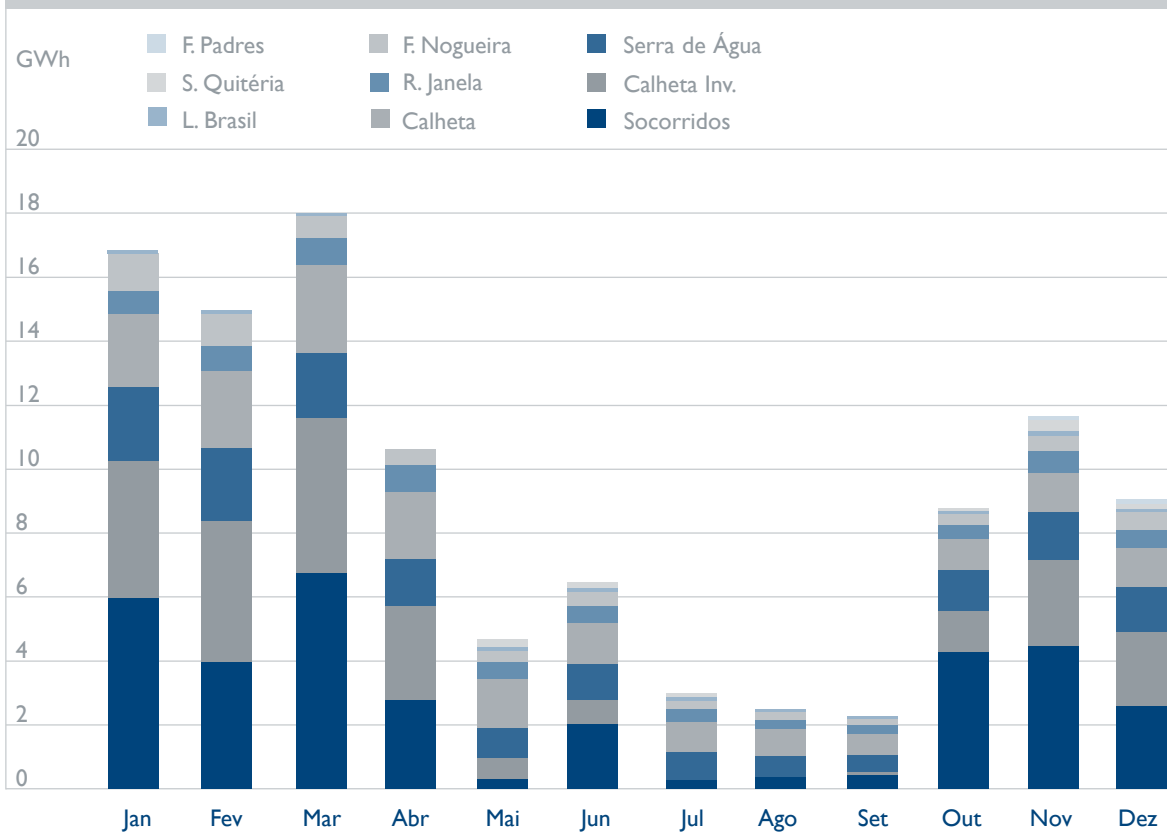
Centrais hidroeléctricas da EEM na ilha da Madeira - 2006

	Pot. Instalada (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Altura de Queda (m)	Tipo de Turbina
Serra de Água	4,90	16,55	16,50	430	Pelton
Calheta I	1,10	17,79	17,65	629	Pelton
	0,52			314	Pelton
	0,50			181	Pelton
	2,60			629	Pelton
Calheta II	7,30	24,25	24,22	637	Pelton
Ribeira da Janela	3,20	6,98	6,88	398	Pelton
Fajã da Nogueira	2,40	6,14	6,06	348	Pelton
Lombo do Brasil	0,17	1,29	1,29	316	Pelton
Fajã dos Padres	1,70	0,19	0,19	530	Pelton
Santa Quitéria	1,70	1,41	1,40	212	Pelton
Socorridos	24,30	34,06	33,96	457	Pelton
Bombagem	11,25	-	-	457	Francis
Total EEM*	50,39	108,67	108,15		

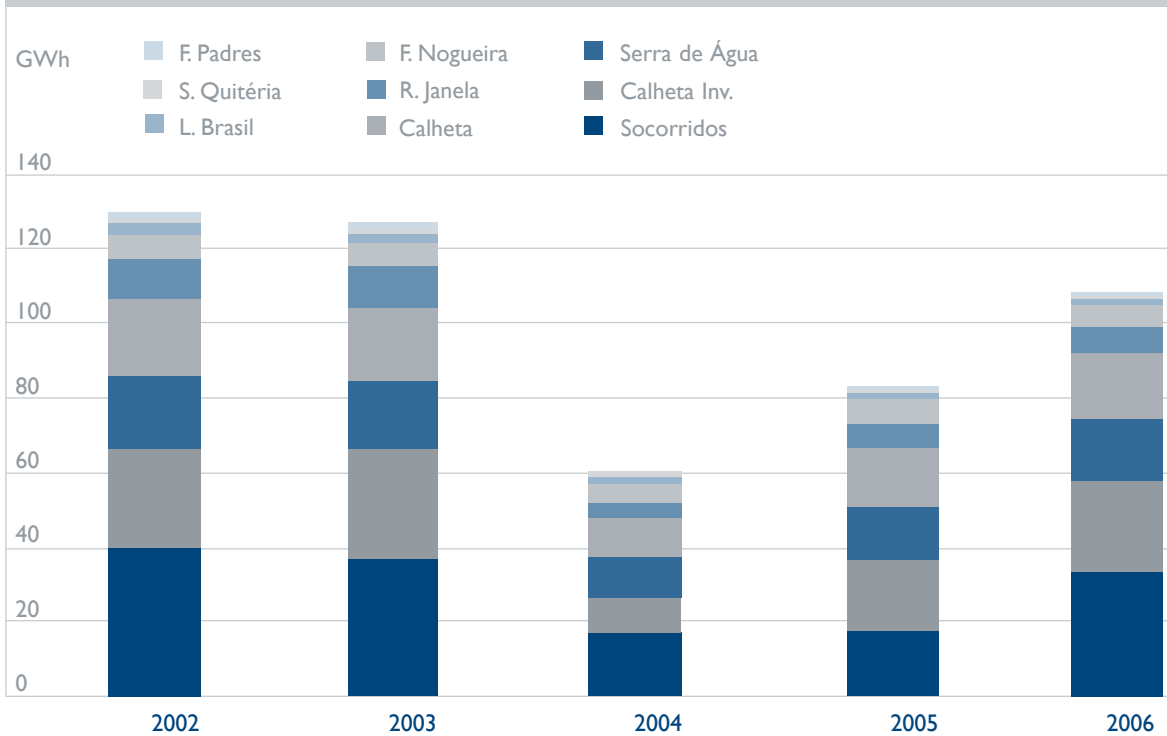
*Exclui a potência de bombagem

No exercício de 2006, a produção do sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira, ascendeu a 642,66 GWh, dos quais 533,99 GWh (83,1%) foram de origem térmica e os restantes 108,67 GWh (16,9%) de origem hidroeléctrica, valores semelhantes aos observados em termos médios históricos. De referir que a produção hidroeléctrica foi ligeiramente beneficiada pela utilização da Central de Bombagem dos Socorridos, onde o consumo para bombagem hidroeléctrica ascendeu a 1,95 GWh.

Evolução mensal da produção hidroelétrica da EEM na ilha da Madeira - 2006



Evolução da produção hidroelétrica da EEM na ilha da Madeira

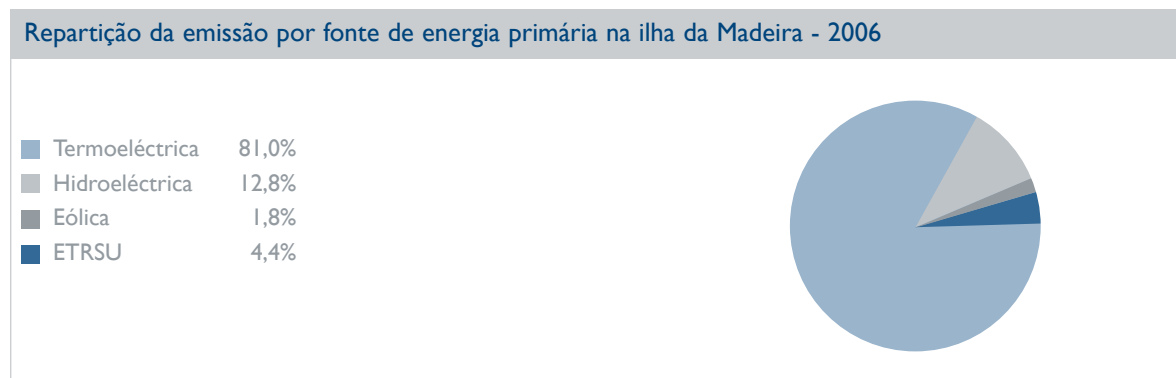


A potência instalada nos sete centros electroprodutores de entidades privadas ascendeu a 53,34 MW, distribuída conforme indicado no quadro seguinte:

Sistema electroprodutor de entidades privadas na ilha da Madeira - 2006					
	Termoelect.	Hidroel.	Eólica	Resíduos Urb.	Total
Nº de Centrais	1	1	4	1	7
Potência Instalada (MW)	36,00	0,70	8,64	8,00	53,34
Aquisição (GWh)	192,35	4,19	15,44	39,33	251,31

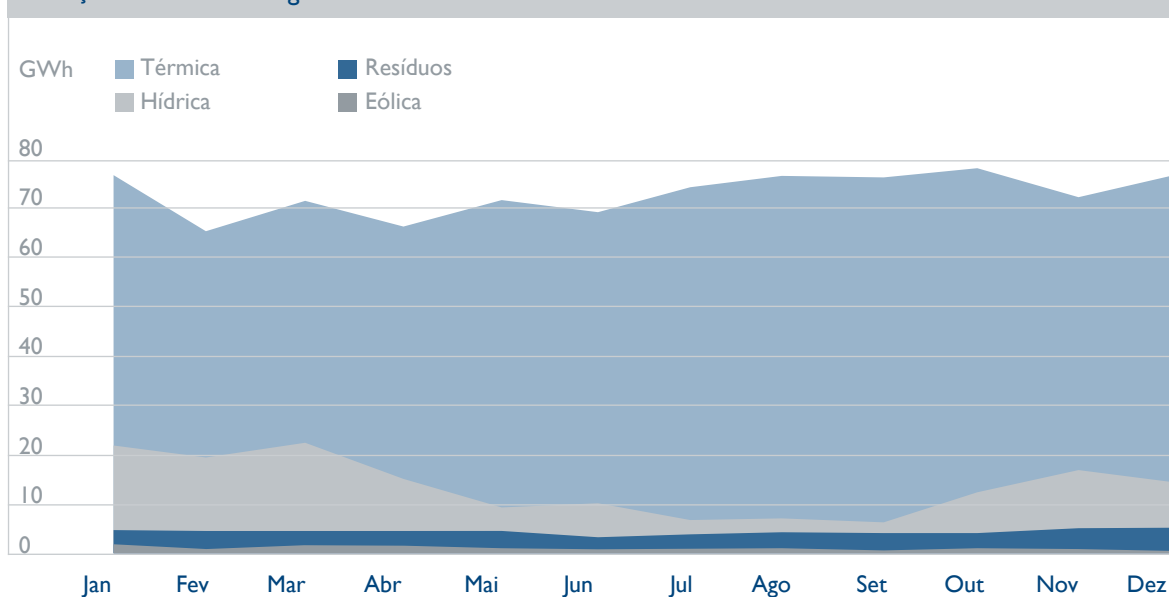
No ano 2006, a energia emitida por estes centros produtores atingiu os 251,31 GWh, mais 2,0% que o ano anterior. Desta energia, 76,5% foram provenientes da Central Térmica do Caniçal, 15,6% da ETRSU, 6,1% dos parques eólicos e os restantes 1,7% da Central Mini-Hídrica da Terça. A contribuição dos produtores privados na emissão de energia para a rede da ilha da Madeira, representou 28,5% da energia total emitida em 2006.

A emissão de energia total (sistema EEM e produtores privados) por fonte primária atingiu, na ilha da Madeira, a seguinte distribuição:

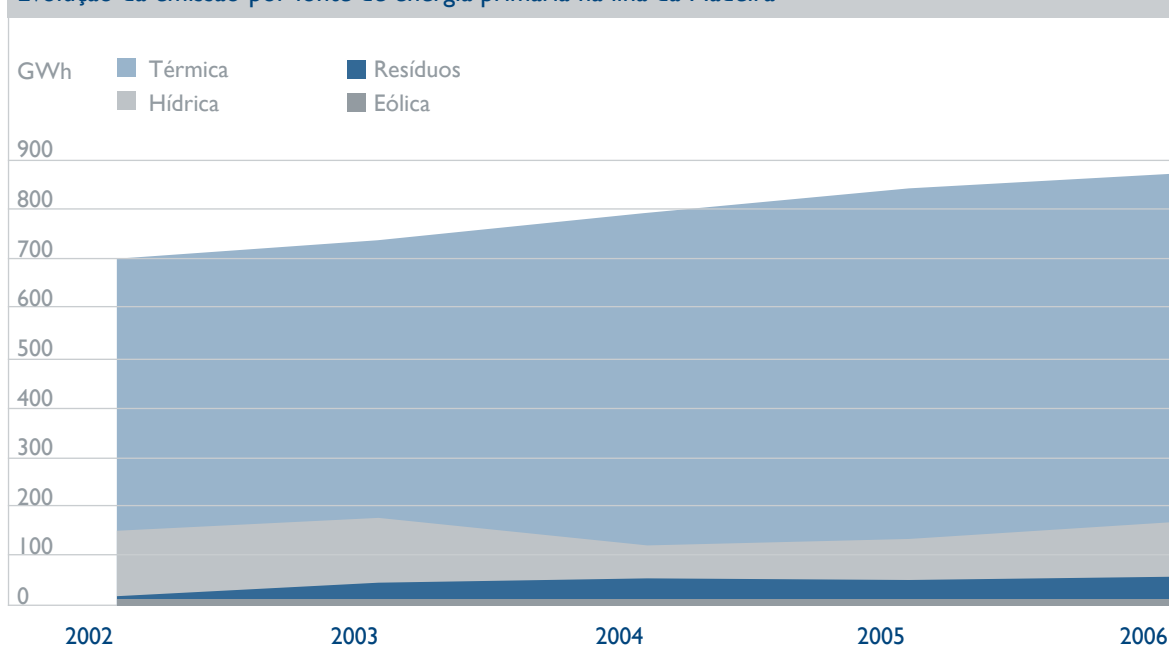


Os gráficos seguintes traduzem a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária:

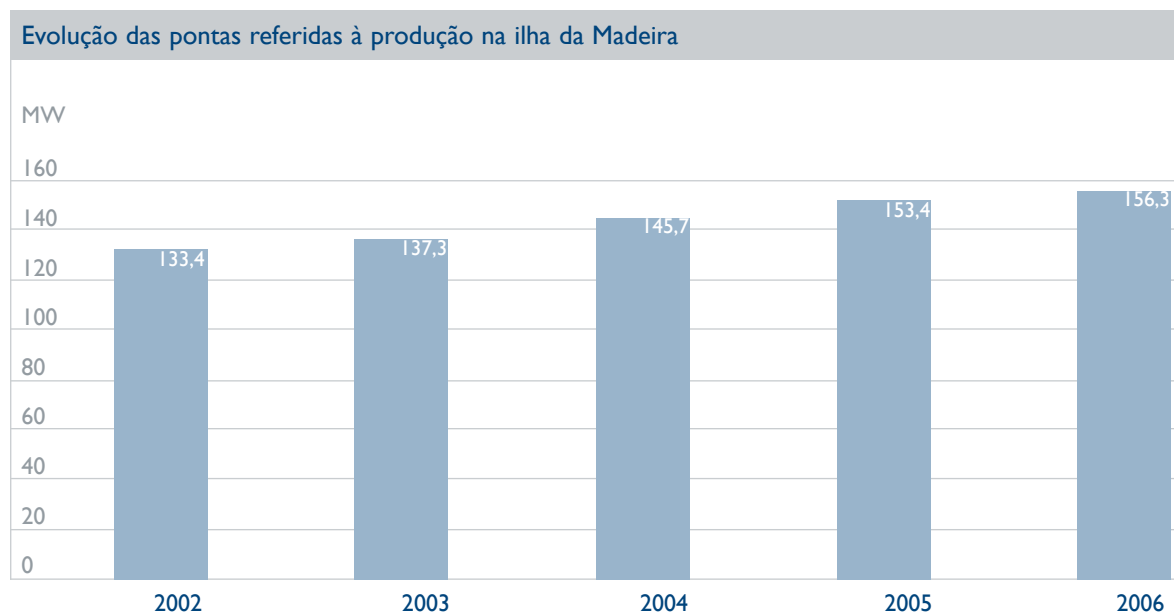
Evolução mensal da energia emitida na ilha da Madeira - 2006



Evolução da emissão por fonte de energia primária na ilha da Madeira



No exercício de 2006, a ponta anual na ilha da Madeira ocorreu em Dezembro, atingindo o valor de 156,3 MW, o que representou um aumento de 1,9% relativamente ao exercício de 2005.



O consumo de combustíveis e lubrificantes na Central Térmica da Vitória ascendeu a 122.533 e 988 milhares de litros, respectivamente. Verificou-se uma ligeira diminuição no consumo de combustíveis em cerca de 0,2%, relativamente ao ano transacto, devido ao maior contributo da produção hidroelétrica.

Consumo de combustíveis e lubrificantes no sistema da EEM na ilha da Madeira - 2006			
litros '000	Fuelóleo	Gasóleo	Óleo
Central Térmica da Vitória	121.007	1.526	988

B. Ilha do Porto Santo

O sistema electroprodutor da ilha do Porto Santo compreende uma central termoelétrica e dois parques eólicos, sendo um da EEM e outro da ENEREEM. A potência total instalada é de 24,07 MW, dos quais, 22,96 MW (95,4%) se encontram instalados na Central Térmica do Porto Santo e os restantes 1,1 MW (4,6%) nos referidos parques eólicos.

Sistema electroprodutor da ilha do Porto Santo - 2006				
	EEM		ENEREEM	
	Térmica	P. Eólicos	P. Eólicos	Total
Nº de centrais	1	1	1	3
Potência Instalada (MW)	22,96	0,45	0,66	24,07
Emissão (GWh)	34,58	0,70	1,04	36,32

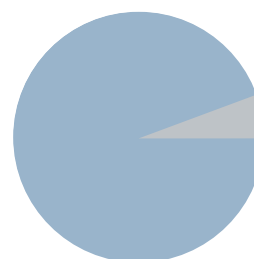
Central termoelétrica da EEM na ilha do Porto Santo - 2006

	Grupo nº	Pot. Instalada		Pot. Máx. Cont.	Produção	Emissão	Combustível
		(MW)	(MVA)	(MW)	(GWh)	(GWh)	
Central Térmica do Porto Santo	1,2	10,00	12,86	7,00			Gasóleo
	3,4,5	12,96	15,30	12,00			Fuelóleo
Total EEM		22,96	28,16	19,00	36,77	34,58	

A energia emitida na ilha do Porto Santo, em 2006, ascendeu a 36,32 GWh, sendo que 34,58 GWh (95,2%) foram de origem térmica e os restantes 1,74 GWh (4,8%) de origem eólica.

Repartição da emissão por fonte de energia primária na ilha do Porto Santo - 2006

■ Termoelétrica	95,2%
■ Eólica	4,8%

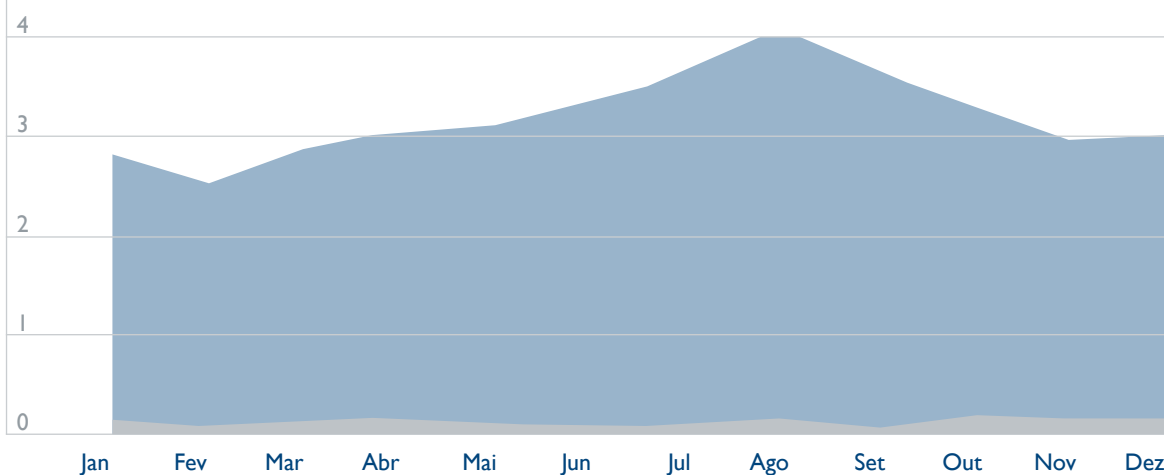


A parcela de energia eólica na ilha do Porto Santo, tem-se mantido aproximadamente constante, sendo os aumentos da emissão compensados pela componente térmica.

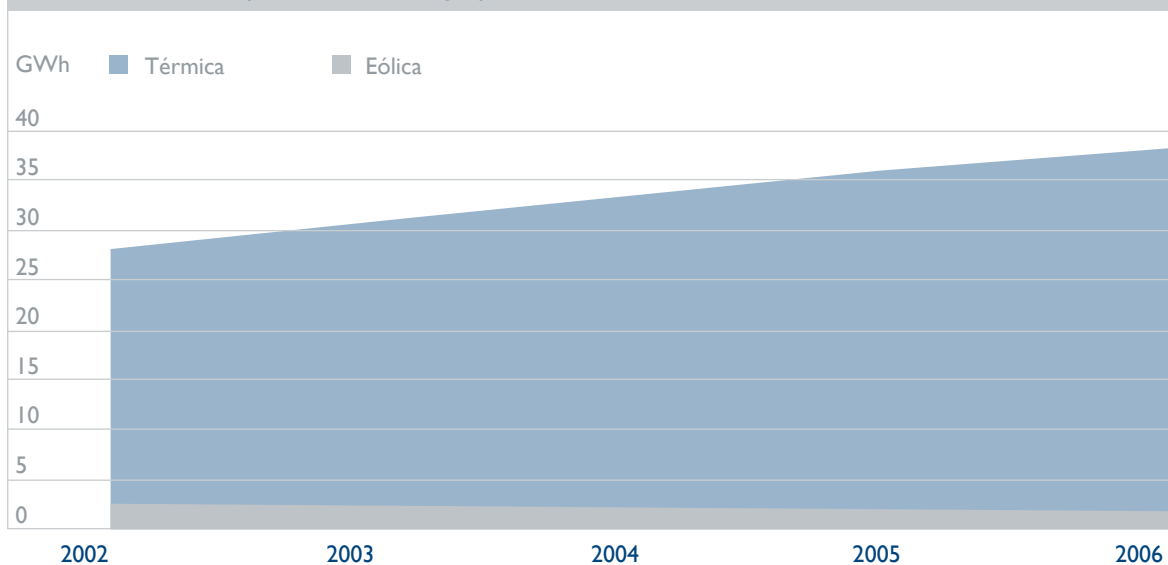
Os gráficos seguintes indicam a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária:

Evolução mensal da energia emitida na ilha do Porto Santo - 2006

GWh ■ Térmica ■ Eólica

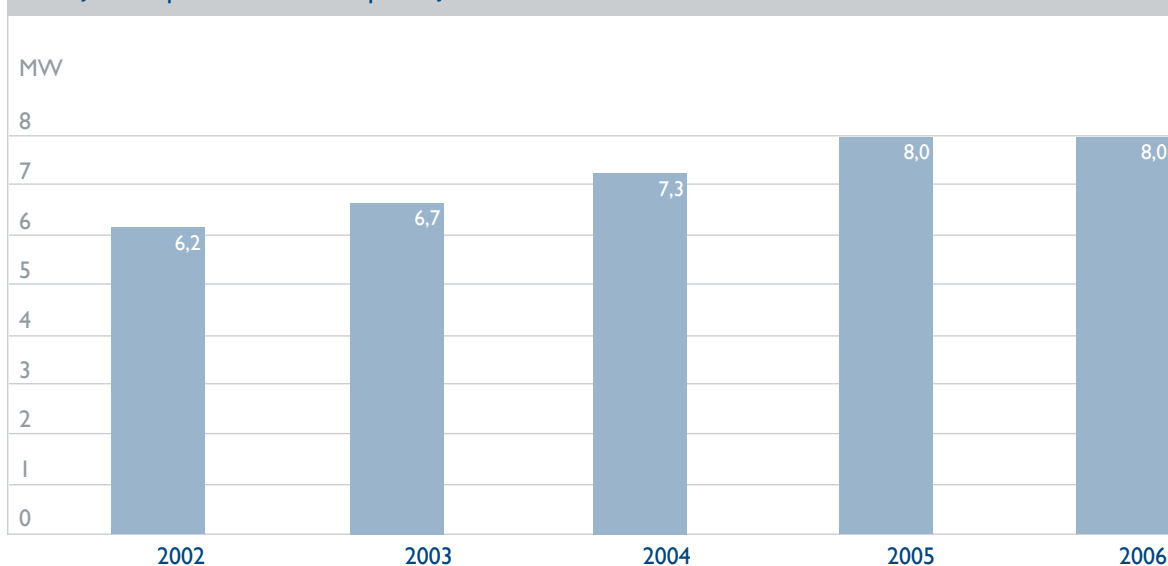


Evolução da emissão por fonte de energia primária na ilha do Porto Santo



A ponta anual na ilha do Porto Santo verificou-se em Agosto, tendo atingido 8,0 MW, sendo sensivelmente idêntica à do exercício de 2005.

Evolução das pontas referidas à produção na ilha do Porto Santo



O consumo de combustíveis e lubrificantes na Central Térmica do Porto Santo ascendeu a 8.851 e 43 milhares de litros, respectivamente.

Consumo de combustíveis e lubrificantes na ilha do Porto Santo - 2006

litros '000	Fuelóleo	Gasóleo	Óleo
Central Térmica do Porto Santo	8.577	274	43

II. Transporte

O investimento realizado pela Direcção dos Serviços de Transporte, totalizou 12.700 milhares de Euros, representando um aumento de 42,0% face ao ano transacto, distribuídos pelos seus quatro subsectores, designadamente subestações, linhas de transmissão, despacho e telecomunicações.

Apesar do aumento verificado em relação ao ano anterior, o montante de investimento, ficou abaixo do previsto no orçamento anual, essencialmente devido à complexidade dos processos administrativos inerentes à realização de concursos públicos nacionais e internacionais e a questões burocráticas relacionadas com a aquisição de terrenos e expropriações.

Os investimentos concretizados no exercício de 2006 consistiram, fundamentalmente, na construção de novas subestações, remodelação de subestações, sistemas de telecontagem e na construção de novas interligações. Estes trabalhos foram desenvolvidos no sentido de garantir uma resposta adequada, quer em termos de qualidade técnica quer em termos de rapidez e eficácia, especialmente no que se refere à continuidade de serviço.

Subestações

Nesta área destacam-se os seguintes investimentos:

- Conclusão da construção da Subestação do Santo da Serra;
- Construção da Subestação da Ponta Delgada;
- Início da construção da Subestação de São João;
- Montagem de duas celas interiores de 60 kV, do tipo GIS, na Subestação do Caniçal;
- Trabalhos de instalação, montagem e colocação em serviço dos armários de protecções (linhas, barramentos e transformadores), na Subestação de Machico;
- Aumento de potência em 10 MVA na Subestação dos Viveiros, através da substituição dos dois transformadores existentes de 10 MVA, por outros dois de 15 MVA;
- Montagem e colocação em serviço de baterias de condensadores de 4 MVAr, na Subestação da Vitória;
- Montagem de sistemas de telecontagem nas seguintes instalações:
 - Subestações: Palheiro Ferreiro, Livramento, Machico, Caniçal, Assomada, Lombo do Faial, Santo da Serra, Alegria, Santa Quitéria, Vitória/30 kV, Cabo Girão, Ponte Vermelha, Lombo do Meio, Lombo do Doutor, Calheta, Prazeres, São Vicente, Santana, Vila Baleira, Calheta Porto Santo;
 - Centrais: Fajã da Nogueira, Serra de Água, Ribeira da Janela, Central Térmica do Porto Santo;
 - Postos de Corte: Aeroporto e da Meia Serra.

Além dos investimentos referidos, é ainda de assinalar as seguintes acções:

- Trabalhos de manutenção geral, incluindo a manutenção dos transformadores;
- Acompanhamento dos trabalhos de Inspeção Termográfica.

Subestações na RAM - 2006

	Potência instalada (MVA)			Total	Bat. Cond. MVar
	30/6,6 kV	60/30 kV	60/6,6 kV		
Ilha da Madeira	215,0	145,0	85,0	445,0	26,0
Funchal	3 x 10,0	-	-	30,0	6,0
Amparo	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Vitória	2 x 10,0	-	-	20,0	4,0
Vitória	-	3 x 25,0	-	75,0	-
Santa Quitéria	10,0	-	-	10,0	-
Virtudes	2 x 15,0	-	-	30,0	2,0
Alegria	-	-	10,0	10,0	-
Viveiros	-	-	2 x 15	30,0	4,0
Ponte Vermelha	10,0	-	-	10,0	2,0
Lombo do Meio	4,0	-	-	4,0	-
Central da Calheta	2 x 0,5	-	-	1,0	-
Calheta	10,0	-	-	10,0	-
Lb° do Doutor (Calheta)	-	25,0	-	25,0	-
Ribeira da Janela	6,0	-	-	6,0	-
Serra de Água	4,0	-	-	4,0	-
Lombo do Faial	6,0	-	-	6,0	-
Santana	6,0	-	-	6,0	-
Machico	-	15,0	10,0 + 15,0	40,0	2,0
Assomada	2 x 10	-	-	20,0	2,0
Livramento	10,0	-	-	10,0	-
Palheiro Ferreiro	-	2 x 15,0	10,0	40,0	2,0
S. Vicente	6,0	-	-	6,0	-
Prazeres	2 x 2,0	-	-	4,0	-
Canical	-	-	10,0	10,0	-
Cabo Girão	10,0	-	-	10,0	-
Santo da Serra	6,0	-	-	6,0	-
Ponta Delgada	2,0	-	-	2,0	-
Ilha do Porto Santo	16,0	-	-	16,0	-
Nova Central	4,0	-	-	4,0	-
Vila Baleira	2 x 4,0	-	-	8,0	-
Calheta	4,0	-	-	4,0	-
Total RAM	231,0	145,0	85,0	461,0	26,0

Linhas de Transmissão

Na área das linhas de transmissão, destacam-se os seguintes investimentos:

- Conclusão da construção da linha dupla de 30 kV, entre a Subestação do Lombo do Faial e o sítio dos Moinhos no Faial (um terço a explorar a 30 kV e outro a 6,6 kV);
- Construção da linha dupla de 30 kV, entre a Subestação da Calheta e a Rotunda da Gafaria (um terço a explorar a 30 kV e outro a 6,6 kV);
- Conclusão da ligação subterrânea a 30 kV, entre a Subestação de São Vicente e a Subestação da Ponta Delgada;
- Conclusão da rede de condutas na Rua da Carreira, para ligações a 60 kV e 6,6 kV, integradas na ligação entre a futura Subestação de São João e a Subestação dos Viveiros;
- Início do lançamento de cabo a 30 kV, entre a Subestação de São Vicente e a Central Hidroelétrica da Ribeira da Janela, numa extensão aproximada de 13 km;
- Continuação da construção da linha dupla de 60 kV, entre a Subestação do Cabo Girão e a Subestação da Ponte Vermelha.

Foram, também, realizadas intervenções em linhas de transporte, compreendendo algumas das seguintes tarefas: a substituição de cadeias de suspensão e amarração, caixas terminais, apoios, bem como acções de manutenção e limpeza.

As linhas intervencionadas foram as seguintes:

- Linha 60 kV: Palheiro Ferreiro-Machico;
- Linha 60 kV: Central Térmica do Caniçal-Subestação do Caniçal;
- Linha 30 kV: Central Térmica da Vitória - Subestação do Cabo Girão (cobre);
- Linha 30 kV: Seixal - Subestação de São Vicente;
- Linha 30 kV: Central Hidroelétrica da Ribeira da Janela - Seixal;
- Linha 30 kV: Central Hidroelétrica da Calheta - Subestação do Lombo do Meio;
- Linha 30 kV: Subestação da Calheta - Parques Eólicos do Paúl da Serra;
- Linha 30 kV: Central Hidroelétrica de Inverno da Calheta - Subestação da Calheta de 30 kV;
- Linha 30 kV: Central Hidroelétrica da Calheta - Fonte do Bispo;
- Linha 30 kV: Central Incineradora da Meia Serra - Bom Sucesso.

No que se refere a vistoria de linhas, inspecção termográfica e desmatações, à a assinalar:

- Vistoria de cerca de 190 km de linhas aéreas, de 60 kV e 30 kV;
- Desmatção de corredores de linhas, numa extensão aproximada de 66 km;
- Inspeções termográficas, numa extensão aproximada de 100 km, nas linhas aéreas de 60 kV e de 30 kV.

Procedeu-se ainda, à inspecção e numeração de caixas de visita dos seguintes traçados subterrâneos:

- Ligação a 30 kV: Subestação de São Vicente - Seixal;
- Ligação a 30 kV: Seixal - Central Hidroelétrica da Ribeira da Janela.

Rede de Transporte e Distribuição na RAM - 2006			
	Madeira	Porto Santo	Total
Subestações de 60/30/6,6 kV			
Unidades	7	-	7
Potência instalada (MVA)	230,00	-	230,00
Subestações de 30/6,6 kV			
Unidades	20	3	23
Potência instalada (MVA)	215,00	16,00	231,00
PT's de Serviço Público			
Unidades	1.337	65	1.402
Potência instalada (MVA)	515,24	20,55	535,79
PT's de Serviço Particular			
Unidades	198	18	216
Potência instalada (MVA)	115,12	9,35	124,47
Total de PT's			
Unidades	1.535	83	1.618
Potência instalada (MVA)	630,36	29,90	660,25
Rede de 60 kV			
Aérea (km)	68,10	-	68,10
Subterrânea (km)	-	-	-
Rede de 30 kV			
Aérea (km)	230,91	5,10	236,01
Subterrânea (km)	110,65	10,20	120,85
Rede de 6,6 kV			
Aérea (km)	518,96	19,91	538,87
Subterrânea (km)	551,14	41,30	592,44
Rede de BT			
Aérea (km)	2.923,70	73,61	2.997,31
Subterrânea (km)	769,13	32,50	801,63
Fibra óptica (Km)			
	81,84	9,11	90,95

Telecomunicações

Na área das telecomunicações, são de referir as seguintes acções:

- Início do projecto de implementação da nova “Rede Rádio Móvel Privativa da EEM”. Esta rede é baseada na tecnologia de redes móveis privadas digitais TETRA e destina-se a substituir a rede existente, introduzindo novas funcionalidades, quer ao nível das chamadas de voz, quer ao nível da comunicação de dados;
- Conclusão da implementação da rede de acesso remoto a sete das oito subestações previstas, nomeadamente: Santana, Machico, Assomada, Livramento, Santa Quitéria, Viveiros e Funchal. Este projecto compreendeu a criação de uma WAN, “Wide Area Network”, tendo por base o “backbone” SDH, em fibra óptica, permitindo o acesso remoto a partir de qualquer instalação da EEM aos sistemas de comando, controlo e protecção destas subestações;
- Foi implementada a primeira fase do projecto relativo à integração das delegações na rede interna da EEM, através da rede de fibra óptica. Este projecto consiste na execução de uma rede de acesso em fibra óptica que interliga ao “backbone” SDH existente. Deste modo, aumenta-se a

capacidade de transmissão entre as delegações e os sistemas informáticos de suporte (SAP-ISU) de 218 kbit/s para 2 Mbit/s, melhorando significativamente o nível de qualidade de serviço;

- Realização do upgrade de software e hardware à rede de transmissão por fibra óptica, para o telecomando das subestações, constituída por equipamentos tipo multiplexer flexível;
- Elaboração e implementação do projecto da rede de telecomunicações, para o telecomando e telecontagem dos postos de transformação: PT Centro de Saúde em Santana e PT Hospital;
- Expansão da rede de cabos de fibra óptica na ordem dos 6 km, tendo sido elaborados concursos para a instalação de cabos de fibra óptica que permitirão, a curto prazo, a expansão da rede em cerca de 50 km.

Centro de Despacho

No que se refere à actividade do Centro de Despacho, assinalam-se as seguintes iniciativas:

- Manutenção dos equipamentos adstritos ao Centro de Despacho;
- Manutenção e limpeza de todas as Unidades Remotas Terminais;
- Aquisição de 44 licenças adicionais para a IS400 (Information Station 400);
- Aquisição de duas fontes de alimentação ininterruptas, para assegurar a continuidade de serviço do equipamento informático do despacho;
- Telecomando da Subestação do Santo da Serra;
- Telecomando de 12 PT's, incluído no âmbito do DMS (Distribution Management System);
- Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade do Serviço de Despacho - ISO 9001:2000;
- Aquisição de data switches.

III. Distribuição

No exercício de 2006, o conjunto de investimentos realizados no sector da distribuição, atingiu 13.929 milhares de Euros e visaram, fundamentalmente, aumentar os níveis de fiabilidade e continuidade de serviço. Este valor excedeu em cerca de 60,0%, o montante previsto no plano, condicionado pelo forte dinamismo do sector público e privado, verificado na RAM e pela necessidade de garantir melhores níveis da qualidade de serviço.

Do conjunto de iniciativas desenvolvidas neste exercício, destacam-se os seguintes investimentos nas redes de distribuição de média e baixa tensão:

- Instalação/ligação de 57 novos postos de transformação de serviço público, com uma potência instalada de 23.930 kVA e outros 12 de serviço particular, com uma potência instalada de 6.055 kVA;
- Remodelação/alteração de potência de postos de transformação existentes, resultando num aumento total da potência instalada de 6.075 kVA;
- Ampliação de 62,48 km de rede de média tensão;
- Remodelação de 11,39 km de rede de média tensão;
- Ampliação de 14,49 km da rede de baixa tensão;
- Remodelação de 99,20 km da rede de baixa tensão;
- Instalação de 580 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 1.668 focos de iluminação pública;
- Telecomando de 12 postos de transformação.

Iniciaram-se os trabalhos de inventariação geo-referenciada da rede eléctrica e o respectivo carregamento no Sistema de Informação Técnica (SIT).

Foram instalados os equipamentos necessários ao telecomando de mais 12 postos de transformação, estando integrados, nesta fase, no actual Sistema de Despacho. Este novo sistema tem como objectivo alargar o telecomando aos nós mais importantes da rede de distribuição, em média tensão.

Rede de Distribuição - 2006

	Dist. N.E.O.	Funchal	Total Madeira	Porto Santo	Total RAM
Novas electrificações e ampliações					
PT's de Serviço Público					
Unidades	46	9	55	2	57
Potência (kVA)	16.000	7.280	23.280	650	23.930
PT's de Serviço Particular					
Unidades	7	3	10	2	12
Potência (kVA)	2.820	2.520	5.340	715	6.055
Linhas de Média Tensão 30 kV*					
Aéreas (km)	6,75	-	6,75	-	6,75
Subterrâneas (km)	-	-	-	-	-
Linhas de Média Tensão 6,6 kV					
Aéreas (km)	48,16	5,84	54,00	1,73	55,73
Subterrâneas (km)	9,86	1,00	10,86	0,15	11,01
Redes de Baixa Tensão					
Aéreas (km)	8,17	0,81	8,98	5,51	14,49
Subterrâneas (km)	1,29	-	1,29	2,10	3,39
	6,88	0,81	7,69	3,41	11,10
Remodelações					
PT's de Serviço Público					
Unidades	-	-	-	-	-
Potência (kVA)	3.465	2.590	6.055	20	6.075
PT's de Serviço Particular					
Unidades	-	1	1	-	1
Potência (kVA)	75	(1.600)	(1.525)	-	(1.525)
PT's abatidos					
Unidades	11	2	13	1	14
Potência (kVA)	3.255	440	3.695	225	3.920
Redes de Média Tensão 30 kV*					
Aéreas (km)	-	-	-	-	-
Subterrâneas (km)	-	-	-	-	-
Redes de Média Tensão 6,6 kV					
Aéreas (km)	6,61	4,78	11,39	0,02	11,41
Subterrâneas (km)	3,57	0,09	3,66	0,02	3,68
	3,04	4,69	7,73	-	7,73
Redes de Baixa Tensão					
Aéreas (km)	89,15	10,05	99,20	-	99,20
Subterrâneas (km)	76,50	8,20	84,70	-	84,70
	12,65	1,85	14,50	-	14,50

* Redes de distribuição de 30 kV

A. Ilha da Madeira

Dos 65 novos postos de transformação instalados na ilha da Madeira durante o ano de 2006, 55 são de serviço público e 10 de serviço particular. As remodelações nos postos de transformação de serviço público, traduziram-se num aumento de potência instalada em 6.055 kVA. As redes de média e baixa tensão foram ampliadas em 60,75 km e 8,98 km, respectivamente. Relativamente à iluminação pública, instalaram-se 580 novos focos e procedeu-se à substituição de outros 1.668.

B. Ilha do Porto Santo

Os principais indicadores, do exercício de 2006, na ilha do Porto Santo, são os seguintes:

- a. Instalação de 2 novos postos de transformação de serviço público, com uma potência instalada de 650 kVA e 2 de serviço particular com uma potência instalada de 715 kVA;
- b. Ampliação da rede de média tensão a 6,6 kV em 1,73 km;
- c. Ampliação em 5,51 km das redes de baixa tensão.

IV. Comercialização

O balanço energético da RAM no exercício de 2006 registou os seguintes valores:

Balanço de energia eléctrica na RAM - 2006			
MWh	Madeira	Porto Santo	Total RAM
Produção das centrais	642.659	37.472	680.131
Térmica	533.988	36.769	570.757
Fuel	530.560	36.345	566.905
Gasóleo	3.428	424	3.852
Hídrica	108.671	-	108.671
Eólica	-	703	703
Consumo e perdas das centrais	13.688	2.189	15.876
Emissão própria	628.971	35.283	664.254
Aquisições a outros produtores do SEPM	192.351	-	192.351
Térmica	192.351	-	192.351
Fuel	192.351	-	192.351
Aquisições a PRE	58.962	1.041	60.003
Hídrica	4.185	-	4.185
Eólica	15.444	1.041	16.486
Outros	39.333	-	39.333
Total da energia entrada na rede	880.285	36.324	916.609
Bombagem	1.949	-	1.949
Emissão para a rede do SEPM	878.335	36.324	914.660
Consumos próprios	846	21	867
Energia de 2005 facturada em 2006	-	590	590
Fornecimentos SEPM*	798.425	35.567	833.992
Fornecimentos SEPM - 2006	798.425	34.977	833.402
MT	155.622	13.549	169.171
Indústria	40.664	8.582	49.246
Outros	114.958	4.966	119.924
BT	642.803	22.019	664.822
Domésticos	257.412	7.091	264.503
Indústria	27.928	1.139	29.067
Iluminação Pública	67.765	1.921	69.685
Outros	289.699	11.868	301.566
Energia Saída da Rede	799.271	34.998	834.269
Perdas	79.064	1.326	80.390

* inclui energia de 2005 facturada em 2006

A taxa de crescimento do consumo de energia eléctrica atingiu 3,9% na ilha da Madeira e 1,3% na ilha do Porto Santo. Os crescimentos foram menos acentuados do que os registados em 2005, onde atingiram os 5,3% e 5,8% nas ilhas da Madeira e Porto Santo, respectivamente.

Energia vendida a clientes do SEPM por níveis de tensão e por regimes tarifários - 2006						
GWh	AT	MT	BTE	BTN	IP	Total
Energia	-	168,58	149,30	445,84	69,69	833,40

Na RAM, o consumo atingiu 168,58 GWh e 664,82 GWh, em média tensão e baixa tensão, respectivamente, com um peso relativo de 20,2% e 79,8%, do consumo total.

Os quadros seguintes apresentam a distribuição dos consumos e consumidores, por concelho e por tipo de uso:

Consumo por actividade na RAM - 2006										
GWh	Usos Domést.	Hotela.	Comér. e Serv.	Ind.	Usos Agrí.	Ilum. Pública	Serv. Púb.	Const. Civil	Total	%
Ilha da Madeira	257,41	142,60	179,07	75,26	6,10	67,76	57,24	12,98	798,42	100,0%
	32,2%	17,9%	22,4%	9,4%	0,8%	8,5%	7,2%	1,6%	100,0%	
Funchal	112,15	97,85	122,00	18,56	0,69	16,18	31,97	6,61	406,00	50,8%
Câm. Lobos	32,03	5,22	7,66	11,24	0,38	8,42	2,75	0,88	68,58	8,6%
Rib. Brava	12,13	2,68	7,07	1,74	0,05	5,68	1,62	0,66	31,63	4,0%
Ponta do Sol	8,73	3,26	2,08	2,38	0,55	4,15	0,80	0,19	22,15	2,8%
Calheta	12,64	3,81	4,20	1,12	0,73	6,33	1,11	0,48	30,43	3,8%
Porto Moniz	4,00	2,10	1,99	0,34	0,86	2,87	1,19	0,14	13,50	1,7%
S.Vicente	5,62	2,51	1,80	0,81	0,05	3,14	1,04	0,19	15,16	1,9%
Santana	7,95	1,97	3,38	0,83	0,34	4,42	1,24	0,21	20,34	2,5%
Machico	22,53	4,95	8,00	14,81	0,73	7,27	2,61	1,43	62,34	7,8%
Santa Cruz	39,63	18,25	20,89	23,42	1,71	9,31	12,90	2,18	128,31	16,1%
Ilha do Porto Santo	7,09	6,27	5,69	9,77	0,12	1,92	3,31	0,81	34,98	
	20,3%	17,9%	16,3%	27,9%	0,3%	5,5%	9,5%	2,3%	100,0%	
Total RAM	264,50	148,86	184,77	85,02	6,22	69,69	60,55	13,79	833,40	
	31,7%	17,9%	22,2%	10,2%	0,7%	8,4%	7,3%	1,7%	100,0%	

Consumidores por actividade na RAM - 2006										
	Usos Domést.	Hotela.	Comér. e Serv.	Ind.	Usos Agrí.	Ilum. Pública	Serv. Púb.	Const. Civil	Total	%
Ilha da Madeira	105.661	1.996	12.478	977	910	1.483	1.978	1.021	126.504	100,0%
	83,5%	1,6%	9,9%	0,8%	0,7%	1,2%	1,6%	0,8%	100,0%	
Funchal	44.683	1.041	7.560	303	86	445	1.005	280	55.403	43,8%
Câm. Lobos	11.531	143	1.016	85	203	121	183	111	13.393	10,6%
Rib. Brava	5.890	68	457	35	27	115	90	71	6.753	5,3%
Ponta do Sol	4.151	51	298	45	53	57	66	40	4.761	3,8%
Calheta	6.216	81	388	52	60	144	101	113	7.155	5,7%
Porto Moniz	1.628	46	120	16	55	66	68	24	2.023	1,6%
S.Vicente	3.002	58	227	25	105	68	66	51	3.602	2,8%
Santana	4.184	61	301	37	100	95	103	35	4.916	3,9%
Machico	8.167	178	685	114	83	145	134	124	9.630	7,6%
Santa Cruz	16.209	269	1.426	265	138	227	162	172	18.868	14,9%
Ilha do Porto Santo	3.546	76	353	41	20	62	86	91	4.275	
	82,9%	1,8%	8,3%	1,0%	0,5%	1,5%	2,0%	2,1%	100,0%	
Total RAM	109.207	2.072	12.831	1.018	930	1.545	2.064	1.112	130.779	
	83,5%	1,6%	9,8%	0,8%	0,7%	1,2%	1,6%	0,9%	100,0%	

Em Dezembro de 2006, o número de consumidores ligados à rede na RAM ascendeu a 130.779, representando um acréscimo de 2,0% relativamente ao exercício de 2005.

Consumo/Clientes - Distribuição por actividades na RAM - 2006

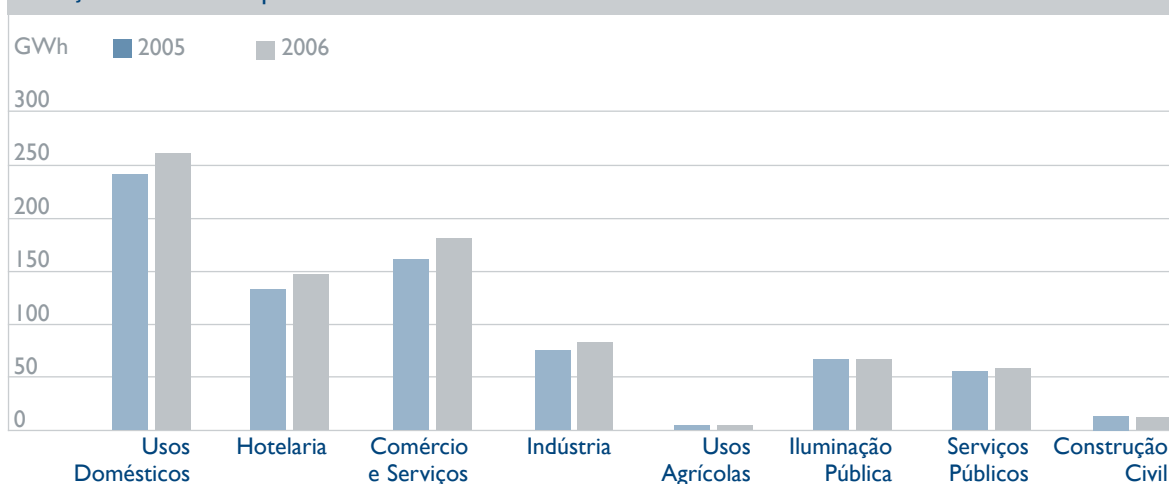
	Média e Baixa Tensão			Baixa Tensão			Usos Domésticos		
	Consumo (GWh)	Cientes	(MWh)/ Cliente	Consumo (GWh)	Cientes	(MWh)/ Cliente	Consumo (GWh)	Cientes	(MWh)/ Cliente
Ilha da Madeira	798,42	126.504	6,31	642,80	126.317	5,09	257,41	105.661	2,44
Funchal	406,00	55.403	7,33	307,17	55.300	5,55	112,15	44.683	2,51
Câm. Lobos	68,58	13.393	5,12	61,92	13.387	4,63	32,03	11.531	2,78
Rib. Brava	31,63	6.753	4,68	30,96	6.751	4,59	12,13	5.890	2,06
Ponta do Sol	22,15	4.761	4,65	21,75	4.760	4,57	8,73	4.151	2,10
Calheta	30,43	7.155	4,25	30,29	7.152	4,23	12,64	6.216	2,03
Porto Moniz	13,50	2.023	6,67	13,47	2.022	6,66	4,00	1.628	2,46
S.Vicente	15,16	3.602	4,21	14,91	3.601	4,14	5,62	3.002	1,87
Santana	20,34	4.916	4,14	19,00	4.912	3,87	7,95	4.184	1,90
Machico	62,34	9.630	6,47	47,81	9.602	4,98	22,53	8.167	2,76
Santa Cruz	128,31	18.868	6,80	95,52	18.830	5,07	39,63	16.209	2,45
Ilha do Porto Santo	34,98	4.275	8,18	22,02	4.259	5,17	7,09	3.546	2,00
Total RAM	833,40	130.779	6,37	664,82	130.576	5,09	264,50	109.207	2,42

O consumo médio por cliente ascendeu a 6,38 MWh/cliente, representando um acréscimo de 1,9% relativamente ao ano anterior. Os valores mais elevados de consumo médio por cliente verificaram-se nos concelhos do Porto Santo, Funchal, Santa Cruz e Porto Moniz. O consumo médio por cliente de Usos Domésticos na RAM atingiu o valor de 2,42 MWh, representando uma evolução de 3,5% relativamente ao ano anterior. Os valores mais elevados verificaram-se nos concelhos de Câmara de Lobos, Machico, Funchal e Porto Moniz.

A. Ilha da Madeira

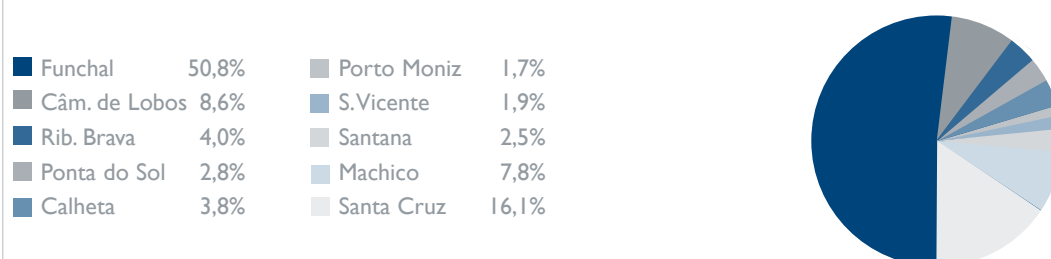
Na ilha da Madeira, a distribuição dos consumos por actividade manteve-se sensivelmente idêntica ao padrão do exercício de 2005. O Consumo Doméstico registou o maior valor relativo (32,2%), seguido do sector do Comércio e Serviços (22,4%) e da Hotelaria (17,9%).

Evolução do consumo por actividade na ilha da Madeira - 2005/2006



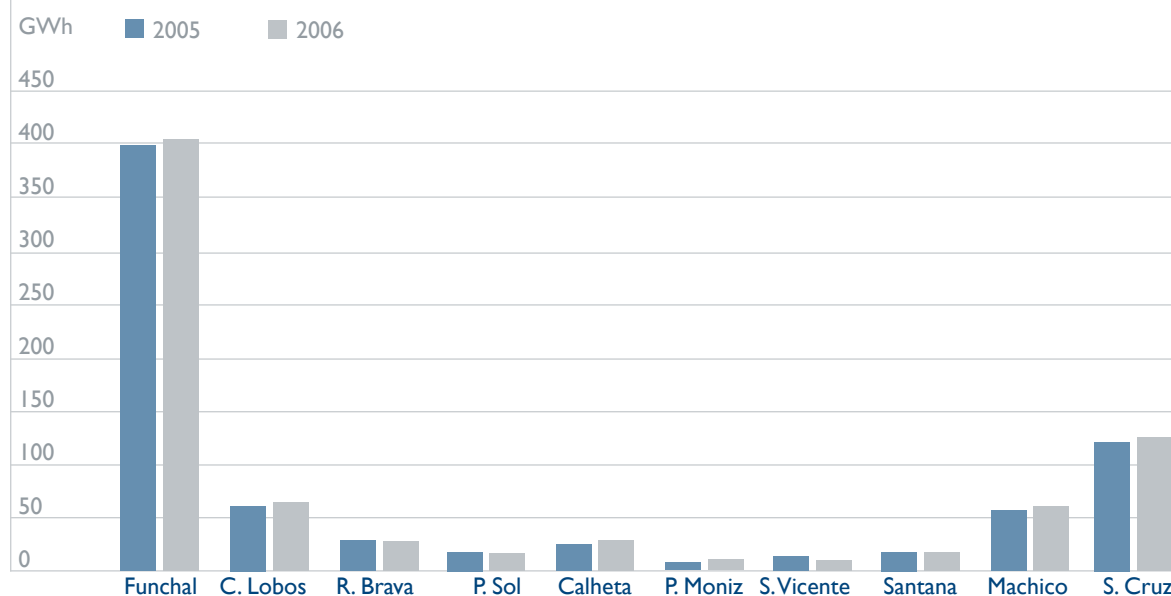
O concelho do Funchal, com 43,8% do número de clientes, foi responsável por 50,8% do consumo de energia eléctrica na ilha da Madeira, seguido pelos concelhos de Santa Cruz com 16,1%, Câmara de Lobos com 8,6% e Machico com 7,8%.

Consumos por concelho na ilha da Madeira - 2006



Os concelhos com maior dinamismo na taxa de crescimento dos consumos relativamente a 2005, foram Porto Moniz (41,0%), Calheta (10,4%), Câmara de Lobos (10,0%), Ponta do Sol (9,0%) e Santana (5,3%).

Evolução do consumo por concelho na ilha da Madeira - 2005/2006

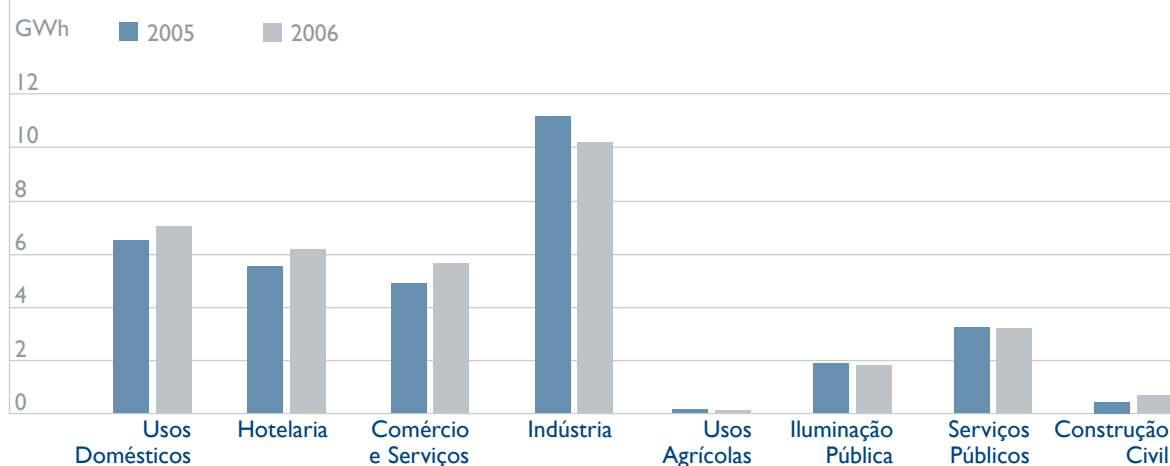


No exercício de 2006, foram ligados à rede da ilha da Madeira 2.463 novos clientes, perfazendo um total de 126.504 clientes (crescimento na ordem dos 2,0%), dos quais, 187 com contagem em média tensão.

B. Ilha do Porto Santo

A taxa de crescimento de consumo de energia eléctrica na ilha do Porto Santo, no exercício de 2006, foi de 1,3%. As áreas de actividade que registaram maiores crescimentos foram os sectores da Construção Civil (47,0%), Comércio e Serviços (12,5%) e Hotelaria (11,2%).

Evolução do consumo por actividade na ilha do Porto Santo - 2005/2006



A distribuição dos principais consumos de energia eléctrica por actividade, apresentou os seguintes valores relativos: 29,1% na Indústria, 19,9% em Usos Domésticos, 17,6% na Hotelaria e 16,0% no sector do Comércio e Serviços.

Foram ligados à rede 155 novos clientes, perfazendo um total de 4.275 clientes, dos quais 16 são em média tensão. O consumo de média e baixa tensão atingiu 12,96 GWh e 22,02 GWh, com uma distribuição de 37,0% e 63,0% respectivamente.

V. Qualidade de Serviço

A caracterização da qualidade de serviço na RAM, tem por base o disposto no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS), e desenvolve-se essencialmente nos seguintes campos:

- Continuidade de Serviço;
- Qualidade de Onda de Tensão;
- Qualidade Comercial.

Neste contexto, a EEM tem procurado, munir-se dos recursos necessários de forma a cumprir com o disposto no regulamento, destacando-se as seguintes iniciativas:

- Implementação de ferramentas adequadas ao registo de interrupções da Rede de Transporte e Distribuição MT, necessários ao cálculo dos respectivos indicadores de Continuidade de Serviço;
- Expansão do sistema de verificação da Qualidade de Onda de Tensão;
- Início da preparação dos elementos necessários ao lançamento do concurso de aquisição de um SGI (Sistema de Gestão de Interrupções), permitindo a obtenção dos indicadores de continuidade relativos à Baixa Tensão;
- Obtenção de indicadores de Qualidade Comercial, nomeadamente:
 - Implementação de controlos e novas funcionalidades no módulo IS-U “Industry Solution for Utilities” da SAP;
 - Lançamento de um concurso para implementação de um novo Call Center;
 - Realização de inquéritos de satisfação aos clientes, para obtenção dos indicadores gerais de Avaliação e Satisfação dos Clientes;
 - Disponibilização de informação aos clientes através da Internet;
 - Assistência a clientes com necessidades especiais;
 - Tratamento de reclamações.

A qualidade de serviço referente ao ano 2006, foi objecto de um relatório específico, publicado em Abril, encontrando-se disponível no sítio Internet da EEM.

Os indicadores gerais das redes de Transporte e Distribuição MT das ilhas da Madeira e Porto Santo, traduzem um nível aceitável da continuidade de serviço. Relativamente à qualidade da Onda de Tensão, os resultados das campanhas levadas a cabo demonstram que, de uma forma geral, estão a ser cumpridas as condições estipuladas pelo RQS. No que tange à Qualidade Comercial, é de destacar a melhoria dos tempos de atendimento e resposta da EEM, bem como a satisfação da generalidade dos clientes, medida através de um inquérito.

VI. Investimento Não Específico

O investimento não específico realizado pela EEM em 2006 atingiu 3.114 milhares de Euros, compreendendo a realização de estudos, a construção de infra-estruturas de apoio e iniciativas na área dos sistemas de informação.

VI.I - Estudos

No âmbito do sistema electroprodutor, continuaram os estudos de determinação da capacidade de integração de energias renováveis, nomeadamente de energia eólica, bem como os estudos hidráulicos, hidrológicos e técnico-económicos, visando o melhor aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis na zona do Paúl da Serra, nomeadamente, os sistemas Alecrim/Calheta e Juncal/Serra de Água.

De salientar ainda, a realização de estudos de diagnóstico ambiental nos vários sectores de actividade da EEM, bem como o plano de acção ambiental, no que tange às centrais termoeléctricas, descritos mais detalhadamente no capítulo referente ao ambiente.

VI.II – Infra-estruturas de Apoio

Foram realizados alguns investimentos em infra-estruturas de apoio, sendo de destacar a remodelação e construção de Parque de Materiais e Armazém – Porto Santo e a reabilitação do parque exterior das instalações da Rua Dr. Pestana Júnior, bem como a realização de estudos de adaptação das mesmas para alguns serviços da EEM (Manutenção de PT's, Piquete de Avarias e Iluminação Pública).

Foram, também, realizados os estudos prévios e respectivos processos de licenciamento camarário, referentes aos parques de materiais da Calheta e São Vicente.

VI.III - Sistemas de Informação

Durante o exercício de 2006, a EEM continuou a desenvolver diversas iniciativas de reestruturação e modernização dos sistemas de informação, de âmbito comercial e técnico. As principais acções implementadas foram as seguintes:

• SPO - Serviços Públicos On-line

O SPO – Serviços Públicos On-line é um projecto destinado a disponibilizar os serviços prestados nas lojas da EEM via Internet, permitindo uma maior flexibilidade aos clientes do sector eléctrico. Trata-se de uma iniciativa co-financiada pelo programa Madeira Digital, através do FEDER e do Orçamento de Estado, em 75,0% dos custos elegíveis, devendo ficar concluído em 2007.

• SIT - GeoEEM

Em 2006, ficou concluído o projecto SIT-GeoEEM (Sistema de Informação Técnica Georeferenciada da EEM), também co-financiado no âmbito do programa Madeira Digital, em moldes análogos aos do SPO, constituindo uma ferramenta de cadastro da rede eléctrica, desde as centrais até aos clientes. Paralelamente deu-se início ao levantamento massivo da rede eléctrica e respectivo carregamento no SIT, prevendo-se a sua conclusão até ao final do ano 2007.

• SAP

Durante o exercício de 2006 procedeu-se à implementação de controlos e novas funcionalidades no módulo IS-U (Industry Solution for Utilities) da SAP, ferramenta de suporte à área comercial de forma a:

- Ir ao encontro das medidas preconizadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
- Melhorar a qualidade do serviço prestado pela empresa aos seus clientes;
- Optimizar os processos na área comercial.

• Outros projectos

Procedeu-se à preparação dos concursos tendo em vista a implementação de novos sistemas, nomeadamente o SGI (Sistema de Gestão de Indisponibilidade), o Call Center e o sistema de Telecontagem.

VII. Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2006, o quadro de pessoal da EEM, S.A., era composto por 869 trabalhadores no activo, sendo 861 efectivos e 8 com contrato a termo certo.

Recursos Humanos por função					
	2002	2003	2004	2005	2006
Engenheiros	45	49	55	53	57
Outros c/ curso superior	17	15	17	21	24
Engenheiros técnicos	6	5	6	10	10
Pessoal c/ funções industriais	529	514	516	515	514
Pessoal c/ funções administrativas	260	249	242	242	236
Auxiliares	27	22	20	21	20
Outros c/ contrato a termo certo	7	12	16	8	8
Total	891	866	872	870	869

Dos 869 trabalhadores, 823 prestavam serviço na ilha da Madeira e os restantes 46 na ilha do Porto Santo.

Acções de formação

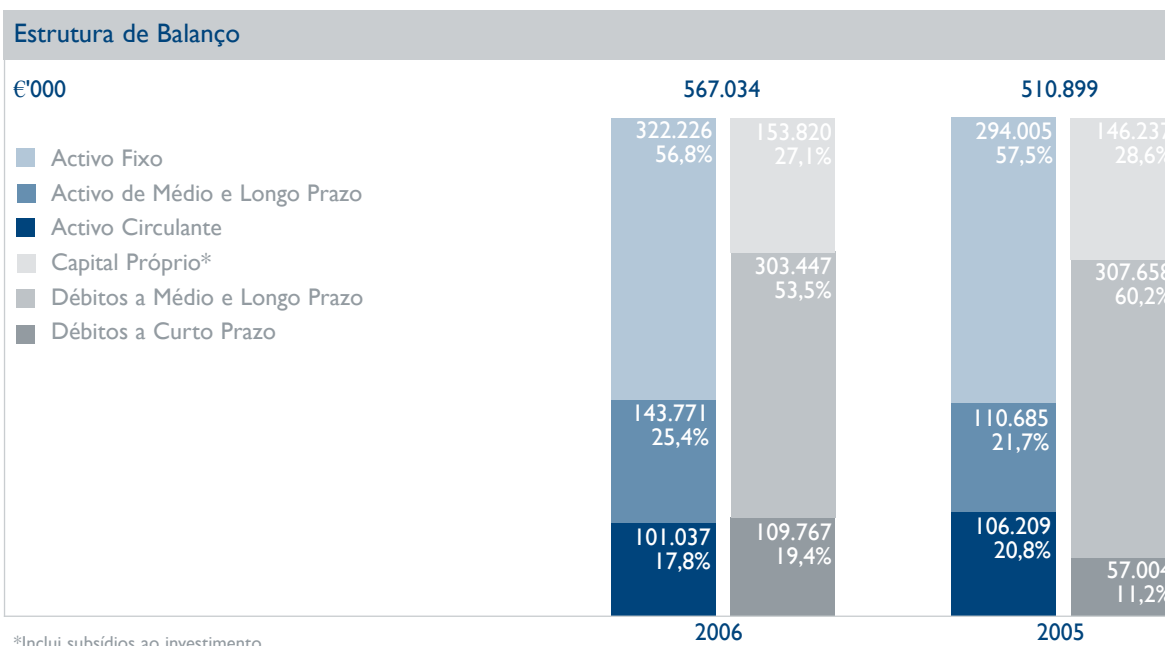
Durante o ano de 2006, concretizaram-se várias acções de formação abrangendo 361 trabalhadores num total de 3.415 horas de treino, das quais 3.382 horas foram investidas em formação externa e 33 horas em formação interna. As acções realizadas foram as seguintes:

- Liderança, Gestão e Motivação de Equipas;
- Workshop Indicadores de Desempenho;
- Auditorias Internas da Qualidade;
- Sensibilização para a Qualidade;
- Aplicação das Normas ISO-Série 9000;
- Auditorias Internas da Qualidade ISO 9001:2000;
- Base de Dados com MYSQL;
- Aperfeiçoamento em Informática, Windows XP, Excel e Excel XP Avançado;
- Segurança e Saúde no Trabalho;
- Investigação e novas tecnologias para o sector eléctrico;
- Desafios do Desenvolvimento e a Segurança no Trabalho;
- Seminário Semana Europeia Crescer em Segurança;
- Cisco Networking Technologies;
- Impactos do Comércio de Licenças de CO2;
- Sistemas de Gestão de Telecomunicações;
- Norma NP EN ISSO/IEC;
- Novo Regime do Arrendamento Urbano;
- Conferência - Campos Electromagnéticos;
- Seminário - Norma CAD- Normalização;
- Seminário - Direito de energia;
- Indicadores de Desempenho;
- Formação sobre IRC;
- SAP Administração de Sistemas / SAP R3 / SAP ISU - Área Comercial / SAP Introdução ao CIC / SAP FI-CA / SAP DM / SAP WM / SAP BI / SAP CS / SAP-ABAP user dialogs / SAP- ABAP reporting / SAP- ABAP Advanced.

Informação Económica e Financeira



I - Informação Económica e Financeira



Balanço

O valor total de Balanço da EEM em 2006, ascendeu a 567.034 milhares de Euros, 56.135 milhares de Euros acima do verificado em 2005, traduzindo um acréscimo de 11,0%.

Imobilizado		
€'000	2006	2005
Bruto	625.761	576.541
Amortizações acumuladas e ajustamentos	303.535	282.537
Líquido	322.226	294.004

O Imobilizado líquido, que representa cerca de 56,8% do activo total da EEM, atingiu 322.226 milhares de Euros, apresentando um aumento de 9,6% face ao ano anterior.

Em 2006, verificou-se a manutenção dos elevados níveis de investimento público na Região Autónoma da Madeira, facto que influencia, significativamente, o investimento realizado pela EEM, no sentido de prover novas ligações de energia eléctrica, mas também assegurar a fiabilidade, a segurança e a qualidade do sistema eléctrico regional.

O total de investimento da EEM atingiu, em 2006, 40.548 milhares de Euros, valor inferior ao do ano transacto (2005: 51.911 milhares de Euros), mas acima da média dos últimos anos.

O investimento repartiu-se pelas principais actividades da EEM, da seguinte forma:

- Produção: 9.704 milhares de Euros;
- Transporte: 12.700 milhares de Euros;
- Distribuição: 13.929 milhares de Euros;
- Comercialização: 1.101 milhares de Euros;
- Não específico: 3.114 milhares de Euros;

Do investimento realizado na produção, há a destacar a entrada em exploração do Terminal de descarga de combustíveis para abastecimento de Fuel à Central Térmica da Vitória (CTV), cujo montante de investimento ascendeu a 4.651 milhares de Euros. Ainda na CTV, foram realizadas grandes intervenções em grupos electrogéneos, no valor de 2.180 milhares de Euros, que implicaram a substituição de componentes mecânicos importantes, prolongando-se a vida útil dos respectivos grupos, com as inerentes garantias de fiabilidade e segurança.

Na rede de transporte, os investimentos mais significativos, verificaram-se ao nível das linhas de transporte (6.726 milhares de Euros) e nas subestações (5.401 milhares de Euros). Ao nível das linhas de transporte, foram realizadas obras de remodelação de diversas linhas existentes, investimentos em novas linhas, evidenciando-se a linha Machico-Caniçal, cujo investimento, em 2006, ascendeu a 2.335 milhares de Euros, estando a sua conclusão prevista para 2007. No que se refere às subestações, foram igualmente realizadas diversas intervenções com vista à remodelação/ampliação de subestações existentes, tendo-se concluído a construção das subestações do Santo da Serra e da Ponta Delgada, destacando-se também o investimento de 2.072 milhares de Euros na nova subestação de São João, no Funchal, cuja conclusão também se prevê venha a ocorrer durante o ano de 2007.

No que respeita à rede de distribuição, o investimento foi direccionado essencialmente para a remodelação e construção de novas linhas de MT, postos de transformação e redes de BT/IP, tendo em cada uma das áreas sido investido 7.280 milhares de Euros, 2.394 milhares de Euros e 4.255 milhares de Euros, respectivamente.

No sector da comercialização, a quase totalidade do investimento refere-se a equipamentos de contagem, medida e controlo de potência e de consumo de energia eléctrica.

O investimento não específico, transversal a todas as actividades da Empresa, inclui equipamento informático, administrativo, viaturas, edifícios e outros. O investimento em software e em hardware, representou quase 70,0% do total, tendo ascendido a 2.087 milhares de Euros.

Em 2006, os Activos de médio e longo prazos, essencialmente compostos por protocolos e contratos com Entidades Oficiais, sofreram um acréscimo de cerca de 33.085 milhares de Euros face a 2005, sendo este aumento quase, exclusivamente, referente a valores de Compensação de Tarifário em dívida que passaram de 14.235 milhares de Euros em 2005, para 47.808 milhares de Euros em 2006. Estes montantes serão liquidados pela Rede Eléctrica Nacional (REN) por via das tarifas UGS, ao abrigo da legislação regulatória em vigor, por um período de 10 anos a partir de 2008, podendo a EEM ceder a instituições financeiras a totalidade destes créditos a partir de 2007.

O Activo circulante no valor de 101.037 milhares de Euros (106.209 milhares de Euros em 2005) sofreu uma redução de 5.172 milhares de Euros. Este indicador engloba as Dívidas de terceiros de curto prazo (76.870 milhares de Euros em 2006 e 78.144 milhares de Euros em 2005), bem como Existências, Custos diferidos, parte dos Acréscimos de proveitos e Disponibilidades que, globalmente, ascenderam a 24.167 milhares de Euros em 2006 (28.065 milhares de Euros em 2005).

Capitais Permanentes		
€'000	2006	2005
Capital próprio*		
Valor	153.820	146.237
%	33,6%	32,2%
Passivo a médio e longo prazos		
Valor	303.447	307.658
%	66,4%	67,8%
Capitais permanentes		
Valor	457.267	453.895
%	100,0%	100,0%

*Inclui subsídios ao investimento

Os Capitais permanentes (Capitais próprios e Dívidas a terceiros de médio longo prazos) representam 80,6% do total do balanço, assegurando uma adequada cobertura financeira dos Activos fixos.

Os Capitais próprios da EEM (incluindo subsídios ao investimento) registaram em 2006, um aumento de cerca de 5,2% comparativamente ao ano anterior, ascendendo a 153.820 milhares de Euros (146.237 milhares de Euros em 2005), sendo que o Resultado líquido se situou em 4.510 milhares de Euros.

Os Capitais alheios de médio e longo prazos mantiveram-se praticamente inalterados, apresentando um ligeiro decréscimo de 1,4% comparativamente a 2005.

Fundo de Maneio		
€'000	2006	2005
Activo circulante	101.037	106.209
Passivo corrente	109.767	57.004
Fundo de maneio	(8.730)	49.205

Os Débitos de curto prazo ascenderam a 109.767 milhares de Euros, reflectindo um aumento de 52.763 milhares de Euros face a 2005, dos quais, cerca de 32.045 milhares de Euros, dizem respeito a empréstimos de curto prazo que substituíram os montantes correspondentes às Compensações Tarifárias a receber pela EEM, já referidas anteriormente. Entretanto, através da publicação do Decreto-Lei n.º 237-B/2006, foi dada aos operadores regulados a possibilidade da transmissão do direito ao recebimento dos défices tarifários, permitindo que a EEM desconte, no mercado financeiro, os respectivos créditos apurados para 2006 e previstos para 2007, no montante global

de 62.719 milhares de Euros. Verificou-se, também, um aumento nas rubricas de Fornecedores e Outros credores, sendo que esta última apresenta um crescimento de cerca de 7.511 milhares de Euros referente ao valor das licenças de CO2 correspondentes às emissões de 2006, a entregar ao Instituto do Ambiente durante 2007.

Demonstração de resultados

Proveitos

Proveitos Operacionais					
€'000	2006	%	2005	%	Var. %
Venda de energia	137.204	80,8%	126.377	88,2%	8,6%
Trabalhos para a própria empresa	24.278	14,3%	16.576	11,6%	46,5%
Outras receitas	8.284	4,9%	359	0,3%	2207,5%
Total	169.766	100,0%	143.312	100,0%	18,5%

As Vendas totais ascenderam a 137.204 milhares de Euros, incluindo o montante de 42.365 milhares de Euros referentes à compensação tarifária depois dos ajustamentos de 2006, a receber em 2008, e da correcção do ajustamento de 2005, a receber em 2007.

As Vendas de energia eléctrica ascenderam a 94.839 milhares de Euros (2005: 88.476 milhares de Euros), representando um acréscimo de cerca de 7,2% relativamente ao valor alcançado em 2005. Esta evolução resulta do efeito conjugado do crescimento do consumo de 3,8% e da subida média das tarifas em cerca de 3,4%.

Os investimentos que a EEM desenvolveu por meios próprios ascenderam a 24.278 milhares de Euros, o que representa um crescimento de cerca de 37,0% face a 2005. Este acréscimo deriva do processo de controlo interno da Empresa e das normas contabilísticas que, em regra, prevêm que todas as obras com intervenção da EEM sejam transferidas para imobilizado através da rubrica de Trabalhos para a própria empresa.

A rubrica Outras receitas inclui subsídios à exploração no valor de 7.841 milhares de Euros, referentes à valorização das licenças de CO2 atribuídas gratuitamente à EEM no âmbito do PNALE I.

Custos

Custos Operacionais					
€'000	2006	%	2005	%	Var. %
Matérias primas	63.274	46,9%	55.857	49,1%	13,3%
Consumo de material diverso	3.063	2,3%	3.033	2,7%	1,0%
Custos com pessoal	27.036	20,0%	27.279	24,0%	(0,9%)
Fornecimentos e serviços externos	4.954	3,7%	4.996	4,4%	(0,8%)
Amortizações e ajustamentos	21.942	16,3%	20.703	18,2%	6,0%
Provisões	238	0,2%	1.211	1,1%	(80,3%)
Outros	14.401	10,7%	798	0,7%	1704,2%
Total de custos de exploração	134.908	100,0%	113.877	100,0%	18,5%
TPE	24.278		16.576		
Total de custos operacionais	159.186		130.453		

Os Custos operacionais de exploração, excluindo os Trabalhos para a própria empresa, ascenderam a 134.908 milhares de Euros, traduzindo um acréscimo de cerca de 18,5% face ao ano anterior, devido, essencialmente, ao aumento das rubricas de Custo com matérias-primas e dos Outros custos operacionais de exploração, não se verificando alterações significativas nos restantes Custos operacionais.

O Custo das matérias-primas de exploração que incorpora os Custos dos combustíveis e aquisições de energia a terceiros ascendeu a 63.274 milhares de Euros, representando um crescimento de 12,7% face a 2005. O Custo com combustíveis registou um crescimento de aproximadamente 15,1%, em resultado do acréscimo do preço unitário do fuel óleo adquirido pela EEM em mercado primário, uma vez que o consumo deste combustível não sofreu alteração significativa em relação ao ano anterior, dado que o aumento do consumo de energia foi satisfeito pelo aumento da produção hídrica (mais 25 GWh) e pela produção a partir de resíduos sólidos (mais 5 GWh).

O Custo das aquisições de energia eléctrica a terceiros aumentou cerca de 10,2% (mais 2.120 milhares de Euros), que se explica pelo crescimento do custo com combustíveis reflectido no preço de aquisição de energia à Central Térmica do Caniçal (AIE), e pelo aumento da produção da Central de Resíduos Sólidos da Meia Serra em cerca de 5 GWh.

Os Outros custos operacionais que ascenderam a 14.401 milhares de Euros, são maioritariamente constituídos pelos custos com licenças de CO₂ no montante de 7.534 milhares de Euros, contabilizados de acordo com a Interpretação Técnica nº 4, bem como pelo montante de 6.028 milhares de Euros referentes a direitos de passagem, calculados através da aplicação da taxa de 7,5% sobre as vendas de energia eléctrica em baixa tensão (incluindo Iluminação Pública) na Região Autónoma da Madeira. Qualquer uma destas sub rubricas não tinha enquadramento legal em 2005, pelo que não foram registadas ou contabilizadas desta forma.

Resultados Financeiros / Extraordinários				
€'000	2006	2005	Var.	Var. %
Resultados financeiros	(9.957)	(9.282)	(675)	(7,3%)
Resultados extraordinários	5.156	4.546	610	13,4%

Apesar do aumento da Dívida financeira em cerca de 10,3% em virtude do aumento dos montantes por receber relativos à Compensação de Tarifário e das diversas subidas da taxa de juro de referência da Zona Euro ao longo de 2006 (tomando a Euribor 6M como referência, verificamos que iniciou o ano em 2,64% atingindo no final os 3,85%, sendo a média de 2006 de 3,23%, representando um acréscimo superior a 44,0% face à média de 2005), constata-se que os Resultados financeiros apenas apresentaram uma diminuição de 7,3%. Para este efeito, muito contribuíram os proveitos financeiros, nomeadamente as aplicações financeiras efectuadas no início de 2006 proveniente da reestruturação do passivo bancário, que, também, proporcionou uma descida muito significativa dos spreads de financiamento da EEM.

Os Resultados extraordinários apresentaram um crescimento de 13,4%, essencialmente devido ao aumento dos subsídios ao investimento que apresentam um acréscimo de amortização de cerca de 400 milhares de Euros comparativamente a 2005. Esta evolução advém do recebimento de cerca de 8.000 milhares de Euros de Fundos Comunitários que comparticiparam o investimento realizado na Central Hidroeléctrica Reversível dos Socorridos.

Meios libertos

Os Meios libertos, em 2006, apresentam um decréscimo de 3,2% relativamente a 2005, motivado pela diminuição das provisões, uma vez que o Resultado líquido conjuntamente com as Amortizações e ajustamentos estão em linha com o exercício anterior. As provisões para outros riscos e encargos decrescem significativamente, em resultado da alteração contabilística imposta pela Interpretação Técnica nº 4, referente à contabilização dos custos com as licenças de CO2.

Meios Libertos					
€'000	2006	%	2005	%	Var. %
Resultados líquidos	4.510	16,9%	5.670	20,6%	(20,5%)
Amortizações e ajustamentos	21.942	82,2%	20.703	75,1%	6,0%
Provisões	238	0,9%	1.211	4,4%	(80,3%)
Total	26.690	100,0%	27.584	100,0%	(3,2%)

Contribuições da EEM para o Estado

No ano de 2006, a Empresa e os seus trabalhadores, contribuíram directamente para as receitas do Estado em 13.255 milhares de Euros, representando uma diminuição de 6,3% relativamente ao exercício anterior, conforme apresentado no quadro seguinte:

Contribuições da EEM para o Estado					
€'000	2006	%	2005	%	Var. %
Empresa:					
Impostos s/ os lucros	1.419		2.617		(45,8%)
Outros impostos	696		787		(11,6%)
Encargos sociais	5.185		4.999		3,7%
	7.300	55,1%	8.403	59,4%	(13,1%)
Pessoal:					
IRS	3.554		3.433		3,5%
Encargos sociais	2.401		2.315		3,7%
	5.955	44,9%	5.748	40,6%	3,6%
Total	13.255		14.151		(6,3%)

Valor acrescentado bruto

O valor acrescentado bruto, a preços correntes, alcançou o montante de 72.540 milhares de Euros, traduzindo um aumento de 1,2% comparativamente a 2005.

Indicadores económicos e financeiros

Estrutura Económica		
€'000	2006	2005
Resultados do exercício	4.510	5.670
Vendas de energia e prestação de serviços	137.436	126.574
Meios libertos	26.690	27.584
Amortizações e ajustamentos	21.942	20.703
Custos financeiros	12.699	11.030
Custos com o pessoal	32.144	31.840
Valor acrescentado bruto	72.540	71.677
Emprego (nº de trabalhadores)	870	871
Produtividade do trabalho	83	82
Encargo médio por trabalhador	37	37
Custos financeiros no VAB	0,18	0,15
Custos com o pessoal no VAB	0,44	0,44
Amortizações e ajustamentos no cash flow	0,82	0,75
Rentabilidade dos capitais próprios	2,9%	3,9%
Rentabilidade das vendas	3,3%	4,5%

Estrutura Financeira		
€'000	2006	2005
Activo circulante	101.037	106.209
Activo de médio e longo prazo	143.771	110.685
Activo fixo	322.226	294.005
Activo total	567.034	510.899
Passivo de curto prazo	109.767	57.004
Passivo a médio e longo prazos	303.447	307.658
Passivo total	413.214	364.662
Passivo bancário	311.138	282.082
Capital próprio*	153.820	146.237
Capitais permanentes	457.267	453.895
Fundo de maneo	(8.730)	49.205
Cobertura do activo fixo pelos capitais próprios	0,48	0,50
Cobertura do activo fixo pelos capitais permanentes	1,42	1,54
Endividamento	0,73	0,71
Autonomia financeira	0,27	0,29
Passivo a médio e longo prazos / capitais permanentes	0,66	0,68
Solvabilidade total	1,37	1,40
Liquidez geral	0,92	1,86

* Inclui subsídios ao investimento

2 - Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 19 dos Estatutos da EEM, S.A., propõe que ao Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 4.509.723,91 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Reserva de Investimento	450.972,39 Euros
Resultados Transitados	4.058.751,52 Euros

3 - Ambiente

Introdução

A consolidação de uma política ambiental abrangente, contínua e integrada, constitui um dos objectivos da EEM. Assumimos o Ambiente como um valor fulcral que não poderá estar dissociado da nossa actividade.

Neste enquadramento, durante o exercício de 2006, procedemos ao diagnóstico ambiental de diversos sectores da Empresa. Os estudos realizados foram de elevada importância para redefinir objectivos e metas, impulsionando uma estratégia de melhoria contínua que abrangerá a maioria dos níveis da estrutura da organização.

Durante o exercício de 2006, os custos de carácter ambiental para evitar, reduzir e reparar danos (ambientais) decorrentes da actividade da EEM, orçaram 1.236.080,00 Euros, repartidos pelos seguintes domínios:

Ambiente		
€'000	Investimento	Custos de Exploração
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	156	79
Gestão de Resíduos	355	125
Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	-	54
Protecção da Biodiversidade e Paisagem	151	-
Outras actividades de Protecção do Ambiente	223	94
Total	885	352

Actividades desenvolvidas

Produção

- **Comércio Europeu de Licenças de Emissão**

As duas centrais térmicas detidas pela EEM abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão – CELE, são:

- Ilha da Madeira
Central Térmica da Vitória (CTV) - TEGEE – RAM.076.02
- Ilha do Porto Santo
Central Térmica do Porto Santo (CTPS) - TEGEE – RAM.075.02.

As emissões de CO₂ relativas ao ano de 2006, foram para a CTV e CTPS de 377.585 e 27.490 toneladas, respectivamente.

O processo de verificação das emissões do ano de 2006 já ocorreu durante 2007, destacando-se a melhoria do processo interno com a correcção de pequenas não conformidades detectadas no processo de verificação do ano anterior e culminaram na alteração do título de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (TEGEE). Estas alterações dizem respeito essencialmente à inclusão de fontes de emissão menores e mínimas que representavam apenas 0,19% e 1,67% das emissões totais daquelas instalações que não constavam no título inicial.

• **Prevenção e Controlo Integrados da Poluição-Licenciamento Ambiental das Centrais**

Prosseguiram os trabalhos de compilação de elementos para o processo de pedido de licenciamento de actividades económicas abrangidas pelo Decreto-Lei nº 194/2000, de 21 de Agosto, que aprovou o regime jurídico da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP) com o intuito de obtenção do Licenciamento Ambiental da CTV e da CTPS. De acordo com a legislação, para as instalações já existentes onde se desenvolvem actividades PCIP, a obtenção da licença ambiental é devida até 30 de Outubro de 2007.

Das actividades desenvolvidas, no âmbito da preparação dos processos de Licenciamento Ambiental, destacam-se:

- A realização de análises às águas residuais da CTV e CTPS, de modo a caracterizar química e bacteriologicamente as suas águas de rejeição, permitindo, também, a avaliação da eficácia dos sistemas de tratamento de águas residuais em laboração nas centrais;
- A melhoria do sistema de tratamento das águas residuais de processo na CTPS, através da aquisição de uma unidade de coalescência para efectuar a separação água/óleos, optimizando o processo de tratamento de águas e melhorando o efluente tratado;
- Medições das emissões atmosféricas de fontes fixas da CTV e CTPS aos parâmetros considerados relevantes, designadamente: dióxido de carbono (CO₂), monóxido de carbono (CO), óxidos de azoto (NO_x), dióxido de enxofre (SO₂), partículas e metais (estes últimos apenas na caldeira e nos incineradores). Ainda na CTV, foram efectuadas medições, em contínuo, dos óxidos de azoto (NO_x) nas chaminés de 9 dos 15 grupos existentes;
- Reformulação, na CTPS, dos pontos de entrega das águas residuais domésticas e de processo, motivadas pelas alterações no sistema Municipal de águas residuais.

Rede de Distribuição

• **Despistagem de PCB's nos Transformadores**

A EEM concluiu em 2006 o processo iniciado no ano anterior de recolha dos óleos isolantes de transformadores de distribuição em Postos de Transformação Públicos, para fins de detecção, tratamento e eliminação de óleos que continham um nível de concentração de PCB's (Bifenilos Policlorados) superior a 50 ppm (50 mg/kg), bem como, a realização de ensaios físico-químicos e dieléctricos, a fim de obter valores indicadores de Tensão Interfacial (>15 mN/m), Tensão Disruptiva (>30 kV), Índice de Acidez (<0,25 mg KOH/g de óleo) e Teor de Água (<30 ppm).

No total de 445 ensaios efectuados no período 2005-2006, apenas 6 transformadores, tinham valores de concentração acima dos 50 ppm, sendo sujeitos a um processo de descontaminação do equipamento e eliminação do óleo isolante por entidade licenciada.

Trata-se de uma acção, pioneira a nível nacional, que contribuiu para a identificação e eliminação das situações potencialmente perigosas para o Ambiente e para a Saúde Pública.

Podemos afirmar hoje, sem dúvida, que com a conclusão do Programa de Acção Ambiental concretizado pela EEM, a Região Autónoma da Madeira é neste momento um lugar mais seguro e ambientalmente mais sã.

- **Plano de Desempenho Ambiental - medidas voluntaristas**

O Plano de Desempenho Ambiental contempla o triénio 2006-2008, estando previstas acções de natureza diversa. As actividades desenvolvidas no exercício de 2006, referem-se à integração paisagística de redes aéreas BT e MT e a um estudo do impacto das linhas eléctricas MT/AT na avifauna da Madeira.

- **Integração paisagística de redes aéreas BT e MT**

As intervenções efectuadas consistiram, fundamentalmente, na transformação de redes aéreas em redes subterrâneas. Os benefícios ambientais obtidos foram essencialmente ao nível do impacto visual. Indirectamente, obteve-se, igualmente, uma melhoria na qualidade de serviço, através da diminuição da exposição das redes aos agentes agressores, em situação de intempérie.

- **Estudo do impacto das linhas eléctricas MT/AT na avifauna da Madeira**

No estudo de impacto das linhas eléctricas MT/AT na avifauna da Madeira, a EEM fez questão em envolver as principais entidades regionais com afinidades nesta área, ficando acordada a participação activa da SPEA - Sociedade Protectora para o Estudo das Aves, Parque Natural da Madeira, Parque Ecológico do Funchal.

Neste âmbito, foram realizadas as acções de identificação das linhas a monitorizar e dos troços alvo de estudo e a preparação de um Workshop, que veio a realizar-se em Janeiro de 2007 e que contou com a participação do coordenador nacional do Projecto linhas eléctricas em Portugal continental.

Investimentos que permitem benefícios ambientais

A consolidação de uma política ambiental abrangente no sector energético, passa pela avaliação e integração de energias renováveis na rede e pela realização de estudos visando a introdução de novos centros produtores de origem térmica, essenciais e absolutamente indispensáveis para garantir a segurança e fiabilidade do sistema eléctrico regional.

Estudos de integração de energias renováveis na rede

• Energia Eólica

Durante o ano 2006 foi elaborado pelo INESC-Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, um estudo “Determinação da Capacidade de Integração de Energias Renováveis nas ilhas da Madeira e do Porto Santo”, relativo à avaliação da viabilidade técnica de integração nas redes eléctricas locais de elevados níveis de produção renovável, nomeadamente eólica, no período 2006 - 2012.

• EDEN

O projecto EDEN tem como objectivo global realizar várias tarefas de promoção e desenvolvimento da “Sociedade do Hidrogénio”, nomeadamente as de cariz ambiental, de forma a participar no esforço global de diminuição das emissões poluentes associadas à produção de energia, contribuindo com soluções que permitam reduzir o aquecimento global provocado pelo efeito de estufa e desenvolvendo alternativas de produção de energia descentralizada que contribuam para o programa nacional E4 (Eficiência Energética e Energias Endógenas), respeitando os compromissos Europeus para a segurança e diversificação do abastecimento de energia.

A justificação para a participação da EEM neste projecto, para além dos aspectos atrás mencionados, prende-se com o facto do projecto-piloto da integração das energias renováveis ser efectuado na ilha do Porto Santo. Sendo a EEM responsável por todo sistema eléctrico nesta Ilha, tem o maior interesse em introduzir no mix energético de produção formas de armazenamento de energia a partir de fontes renováveis.

Estudo de novos parques produtores de origem térmica

• Projecto GNL (Gás Natural Liquefeito)

A introdução de gás natural na Madeira é uma medida estruturante, que terá um impacto muito significativo no desenvolvimento de toda a economia regional, contribuindo de forma extraordinária para a protecção do meio ambiente, respondendo positivamente às metas estabelecidas internacionalmente.

Neste momento, encontram-se concluídos os projectos de “off” e “on” shore, bem como os estudos de impacte ambiental, de risco e segurança. Dada a sua importância e o carácter inovador do Projecto a nível de ilhas, aqueles documentos encontram-se, neste momento, em processo de validação por parte de uma Empresa internacional com reconhecida experiência no sector.

• Vantagens ambientais da introdução do GNL

Para que se perceba a importância e vantagens da introdução desta medida, bastará tomar por base uma produção anual de 400 GWh a gás natural (o que representa cerca de 50,0% da produção térmica da RAM em 2006) que se traduzirá numa redução anual aproximada de 150.000 toneladas de dióxido de carbono, 1.200 toneladas de dióxido de enxofre, 3.800 toneladas de óxidos de azoto

e 275 toneladas de partículas, vantagens, só por si, suficientes para provar o grande impacto da sua concretização como alternativa aos produtos derivados do petróleo.

4 - Considerações Finais

Ao terminar o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida pela Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., o Conselho de Administração deseja expressar uma palavra de agradecimento pelas diversas formas de apoio e colaboração prestadas por todas as entidades com quem teve o prazer de contactar, destacando em particular o Governo Regional, na qualidade de accionista único e em particular o Exmo. Senhor Vice – Presidente do Governo que tutela o sector da energia.

Manifesta também o seu reconhecimento à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela cooperação e disponibilidade permanente, exercendo sempre uma contribuição positiva para o progresso e controlo das actividades da Empresa.

Uma referência especial aos trabalhadores da EEM pela dedicação, zelo, competência e profissionalismo demonstrados ao serviço e desenvolvimento da Empresa.

Aos nossos clientes, agradecemos a confiança demonstrada e reafirmamos o nosso inequívoco empenhamento em aperfeiçoar e melhorar o serviço que prestamos.

O Conselho de Administração

Dr. Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)

Sr. João Heliodoro da Silva Dantas (Vice-Presidente)

Eng.º Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais



EEM - Empresa de Electricidade da Madeira**Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	2006	2005
Activo			
Imobilizações corpóreas	2	303.176.174	283.647.156
Imobilizações incorpóreas	3	12.898.322	5.863.008
Investimentos financeiros	4	6.152.038	4.494.486
Clientes e outros devedores	5	125.916.769	125.393.499
Existências	6	12.938.649	12.587.220
Acréscimos e diferimentos	7	105.017.123	66.476.364
Títulos negociáveis	8	10.136	11.499.997
Caixa e bancos		925.203	937.683
Total do Activo		<u>567.034.414</u>	<u>510.899.413</u>
Capitais Próprios			
Capital social	9	20.000.000	20.000.000
Reservas e resultados transitados	10	86.756.370	81.080.476
Resultado líquido		4.509.724	5.669.845
Total dos Capitais Próprios		<u>111.266.094</u>	<u>106.750.321</u>
Interesses minoritários	11	<u>78.330</u>	<u>55.550</u>
Passivo			
Empréstimos bancários	12	311.137.578	282.082.141
Provisões	13	31.914.179	33.135.641
Impostos diferidos	14	1.512.831	1.686.713
Fornecedores e outros credores	15	56.453.366	37.074.323
Acréscimos de Custos	16	12.196.490	10.682.938
Proveitos diferidos	17	42.475.546	39.431.786
Total do Passivo		<u>455.689.990</u>	<u>404.093.542</u>
		<u>567.034.414</u>	<u>510.899.413</u>

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Demonstração de Resultados Consolidados
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	2006	2005
Proveitos operacionais			
Vendas	18	137.204.307	126.377.082
Outros proveitos operacionais	19	32.561.471	16.935.158
		<u>169.765.778</u>	<u>143.312.240</u>
Custos operacionais			
Custo das vendas	18	75.590.019	64.602.622
Custos com o pessoal		32.144.265	31.839.519
Fornecimentos e serviços externos		14.691.195	11.270.816
Amortizações e ajustamentos	2, 3 e 5	21.942.090	20.702.706
Provisões	13	75.666	1.210.988
Outros custos operacionais	20	14.580.914	826.339
		<u>159.024.149</u>	<u>130.452.990</u>
Resultado operacional		<u>10.741.629</u>	<u>12.859.250</u>
Outros proveitos / (custos)			
Proveitos e custos financeiros	21	(10.359.667)	(9.683.213)
Resultados em empresas associadas		402.131	401.000
Outros proveitos	22	5.196.387	4.678.352
Outros custos		(202.549)	(132.347)
		<u>(4.963.698)</u>	<u>(4.736.208)</u>
Resultado antes de impostos		5.777.931	8.123.042
Imposto sobre lucros	23	1.245.427	2.435.098
Resultado depois de impostos		<u>4.532.504</u>	<u>5.687.944</u>
Interesses minoritários	11	22.780	18.099
		<u>4.509.724</u>	<u>5.669.845</u>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira**Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa**
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	(Valores expressos em Euros)	
	2006	2005
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	102.896.185	118.163.333
Pagamentos a fornecedores	(73.953.754)	(82.068.296)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	(26.301.652)	(25.333.068)
Pagamento de impostos sobre lucros	(2.861.648)	(1.760.921)
Aplicações de curto prazo	11.489.861	(11.499.997)
Outros pagamentos e recebimentos	6.129.029	2.963.437
	<u>17.398.021</u>	<u>464.488</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de imobilizações	136.998	-
Pagamentos a fornecedores de imobilizado	(33.974.264)	(46.674.970)
Aquisições de participações financeiras	(1.651.430)	-
Empréstimos a participadas	(16.903)	4.182.419
Recebimento de dividendos	724.341	727.039
Recebimento de juros	1.226.945	1.119.936
	<u>(33.554.313)</u>	<u>(40.645.576)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Empréstimos obtidos	36.592.808	260.000.000
Pagamento de empréstimos	(7.537.371)	(208.233.332)
Pagamento de juros	(13.202.981)	(11.786.860)
Outros recebimentos e pagamentos	291.356	399.006
	<u>16.143.812</u>	<u>40.378.814</u>
 Variação líquida em caixa e equivalentes	 (12.480)	 197.726
Caixa e equivalentes no início do período	<u>937.683</u>	<u>739.957</u>
Caixa e equivalentes no fim do período	<u><u>925.203</u></u>	<u><u>937.683</u></u>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em Euros)			
	Notas	2006	2005
Activo			
Imobilizações corpóreas	2	296.687.945	276.707.558
Imobilizações incorpóreas	3	12.884.232	5.851.504
Investimentos financeiros	4	7.396.443	5.614.287
Clientes e outros devedores	5	128.458.076	128.203.315
Existências	6	12.897.758	12.543.864
Acréscimos e diferimentos	7	105.019.118	66.485.304
Títulos negociáveis	8	-	11.499.997
Caixa e bancos		914.115	923.269
Total do Activo		564.257.687	507.829.098
Capitais Próprios			
Capital social	9	20.000.000	20.000.000
Reservas e resultados transitados	10	86.756.370	81.080.476
Resultado líquido		4.509.724	5.669.845
Total dos Capitais Próprios		111.266.094	106.750.321
Passivo			
Empréstimos bancários	12	309.142.386	279.825.257
Provisões	13	31.457.270	32.666.130
Impostos diferidos	14	1.512.831	1.686.713
Fornecedores e outros credores	15	56.460.240	37.070.418
Acréscimos de Custos	16	12.180.077	10.658.267
Proveitos diferidos	17	42.238.789	39.171.992
Total do Passivo		452.991.593	401.078.777
		564.257.687	507.829.098

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.Demonstração de Resultados
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	2006	2005
Proveitos operacionais			
Vendas	18	137.220.580	126.394.651
Outros proveitos operacionais	19	32.467.860	16.859.276
		<u>169.688.440</u>	<u>143.253.927</u>
Custos operacionais			
Custo das vendas	18	76.392.803	65.306.402
Custos com o pessoal		32.122.700	31.819.192
Fornecimentos e serviços externos		14.611.403	11.139.134
Amortizações e ajustamentos	2, 3 e 5	21.474.569	20.213.053
Provisões	13	88.268	1.210.988
Outros custos operacionais	20	14.552.450	805.027
		<u>159.242.193</u>	<u>130.493.796</u>
Resultado operacional		<u>10.446.247</u>	<u>12.760.131</u>
Outros proveitos / (custos)			
Proveitos e custos financeiros	21	(10.272.477)	(9.599.772)
Resultados em empresas associadas		520.686	368.673
Outros proveitos	22	5.173.271	4.622.073
Outros custos		(201.644)	(107.171)
		<u>(4.780.164)</u>	<u>(4.716.197)</u>
Resultado antes de impostos		5.666.083	8.043.934
Imposto sobre lucros	23	1.156.359	2.374.089
Resultado depois de impostos		<u>4.509.724</u>	<u>5.669.845</u>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Demonstração de Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	(Valores expressos em Euros)	
	2006	2005
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	102.690.238	115.182.323
Pagamentos a fornecedores	(74.644.437)	(81.209.449)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	(26.280.190)	(25.312.789)
Pagamento de impostos sobre lucros	(2.771.937)	(1.714.488)
Aplicações de curto prazo	11.499.997	(11.499.997)
Outros pagamentos e recebimentos	6.247.124	3.096.604
	<u>16.740.795</u>	<u>(1.457.796)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de imobilizações	136.998	-
Pagamentos a fornecedores de imobilizado	(33.956.239)	(46.522.247)
Aquisições de participações financeiras	(1.651.430)	-
Empréstimos a participadas	312.541	5.607.048
Recebimento de dividendos	724.341	727.039
Recebimento de juros	1.226.328	1.119.934
	<u>(33.207.461)</u>	<u>(39.068.226)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Empréstimos obtidos	36.854.500	260.000.000
Pagamento de empréstimos	(7.537.371)	(207.971.640)
Pagamento de juros	(13.153.745)	(11.701.410)
Outros recebimentos e pagamentos	294.128	390.381
	<u>16.457.512</u>	<u>40.717.331</u>
 Variação líquida em caixa e equivalentes	 (9.154)	 191.309
Caixa e equivalentes no início do período	<u>923.269</u>	<u>731.960</u>
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>914.115</u>	<u>923.269</u>

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

I Políticas contabilísticas

I.1 Actividade e bases de apresentação

A Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (EEM) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 12/74, de 17 de Janeiro de 1974, na figura de Empresa Pública (E.P.), tendo por objectivo a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica na Região Autónoma da Madeira.

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 14/94/M, publicado no Diário da República de 3 de Junho de 1994, a EEM foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo a denominação alterada para EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

A EEM rege-se pelo referido Decreto, pelos seus estatutos, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objecto da sociedade.

No dia 25 de Março de 2002 foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/2002, que estendeu às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a regulação, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica. Durante o ano de 2002, a ERSE adaptou os regulamentos do sector eléctrico, nomeadamente o Regulamento de Tarifário, de forma a estender a sua aplicação às Regiões Autónomas, e proceder à gradual uniformização do tarifário no território nacional a partir de 1 de Janeiro de 2003, atendendo aos princípios da uniformidade tarifária e do equilíbrio financeiro das empresas produtoras e distribuidoras de energia eléctrica. Desta forma, as tarifas aplicadas pela EEM a partir de 1 de Janeiro de 2003 foram definidas pela ERSE, sendo também esta entidade responsável pelo cálculo da comparticipação paga à EEM relativa à redução das suas tarifas.

No decurso do exercício de 1997, foi constituída a sociedade Casa da Luz – Empreendimentos Turísticos Similares, Unipessoal, Lda. (Museu - Casa da Luz), detida integralmente pela EEM (ver nota 4).

Em Agosto de 1998, foi constituída a sociedade Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda. (Emacom), detida integralmente pela EEM (ver nota 4).

Em Setembro de 1998, foi constituída a sociedade Enereem - Energias Renováveis, Lda. (Enereem), na qual a EEM detém uma participação directa de 85% e indirecta de 7,5% através do Museu - Casa da Luz (ver nota 4).

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, reflectem os activos, passivos e resultados da EEM e das suas subsidiárias, Museu – Casa da Luz, Emacom e Enereem, e os resultados atribuídos à EEM referentes às participações em empresas associadas. Estas políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todas as empresas do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio contabilístico fundamental do custo histórico e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, reflectindo as políticas contabilísticas discriminadas nos parágrafos seguintes.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração em 30 de Março de 2007.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias, nas quais a EEM detém directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto ou detém o poder de gerir a política financeira e operacional, são consolidadas pelo método de consolidação integral. As subsidiárias são incluídas na consolidação desde o momento em que o controlo é adquirido até ao momento em que o mesmo termina.

Participações financeiras em associadas

As participações financeiras em empresas associadas, nas quais a EEM detém entre 20% e 50% dos direitos de voto ou detém o poder de exercer influência significativa, são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Nesta base, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a percentagem do total dos proveitos e custos reconhecidos, desde a data em que a EEM adquire influência significativa até à data em que a mesma termina.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre as empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados resultantes dessas transacções, são eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Outras participações financeiras

As participações financeiras em empresas nas quais a EEM detém uma percentagem de direitos de voto inferior a 20% e nas quais não detém influência significativa são contabilizados ao custo de aquisição. Sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contabilístico excede o valor recuperável, são reconhecidas perdas por imparidade por contrapartida de resultados.

Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias

Em base individual, os investimentos em entidades subsidiárias e associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com disposto na Directriz Contabilística n.º 9.

I.2 Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Acréscimos de proveitos e custos diferidos ou Acréscimos de custos e proveitos diferidos.

A venda de energia eléctrica é considerada como proveito no período em que ocorrem os respectivos consumos, independentemente da data de facturação. A facturação é efectuada numa base mensal, de acordo com as tarifas estabelecidas pela ERSE. Os proveitos relativos a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data do balanço, são registados por estimativa com base nos consumos reais.

I.3 Subsídios à exploração

Os subsídios de entidades governamentais, destinados a compensar a redução do tarifário de energia eléctrica, têm como base o protocolo estabelecido em 1998 entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este protocolo, válido para o triénio de 1998 a 2000, foi estendido para os anos de 2001 e 2002.

Durante o mês de Abril de 2003, foi celebrado o Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este contrato estabelece as regras relativas ao pagamento à EEM dos montantes referentes à compensação pela redução do tarifário para os anos de 1998 a 2002, revogando o protocolo anterior, mantendo na sua essência a metodologia de cálculo da compensação pela redução do tarifário.

De acordo com o referido contrato, a compensação atribuível à EEM, até 2002, é apurada pela diferença entre as receitas a custo padrão (receitas que a EEM obteria se o nível de tarifário fosse definido por forma a cobrir os respectivos custos padrão) e as receitas com o tarifário em vigor (receitas obtidas pela aplicação, em cada ano, do tarifário em vigor), considerando-se para este efeito como custos padrão das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica, os custos determinados pela aplicação das regras definidas no processo de convergência dos tarifários.

I.4 Clientes

Os saldos a receber de clientes são apresentados no balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhes estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante de perda estimada, num período posterior.

1.5 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira em que não é contratada a fixação de câmbio, são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção.

As transacções em moeda estrangeira em que é contratada a fixação de câmbio são registadas no balanço ao contravalor em euros do câmbio fixado, sendo os custos incorridos com a operação de fixação reconhecidos em resultados ao longo do prazo da operação.

1.6 Existências

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

1.7 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao respectivo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. As despesas incorridas com estudos técnicos efectuados por terceiros e com os elementos de propriedade industrial, são capitalizadas em imobilizações incorpóreas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos:

	N.º de anos
• Estudos técnicos	3
• Propriedade industrial	33
• Outras imobilizações incorpóreas	22

A rubrica Outras imobilizações incorpóreas inclui essencialmente os juros pagos referentes a empréstimos obtidos especificamente para o financiamento de projectos de investigação relacionados com a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica, como referido na nota 3.

I.8 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são registadas ao respectivo custo de aquisição ou de produção ou ao valor reavaliado, deduzido das amortizações acumuladas.

A EEM reavaliou o seu imobilizado ao abrigo dos seguintes diplomas legais: DL 430/78, DL 219/82, DL 399-G/84, DL 118-B/86, DL 111/88, DL 49/91, DL 264/92 e DL 31/98.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas anuais permitidas para efeitos fiscais, previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	N.º de anos
• Edifícios e outras construções	10 a 50
• Equipamento básico	6 a 25
• Material de carga e transporte	4 a 5
• Ferramentas e utensílios	4 a 10
• Equipamento administrativo e contadores eléctricos	6 a 10

I.9 Imobilizado em locação financeira

Os contratos de locação financeira são classificados como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações Financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos em resultados ao longo do período da locação, com o objectivo de reflectirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

1.10 Capitalização de juros de financiamento

Os juros referentes a empréstimos obtidos especificamente para a aquisição ou construção de imobilizações corpóreas são capitalizados. O valor destes juros é calculado tendo em consideração a aplicação de uma taxa de juro média dos empréstimos sobre o valor médio do imobilizado em curso, líquido de subsídios ao investimento. A capitalização de juros cessa no momento em que o imobilizado entra em funcionamento, sendo a amortização efectuada pelo período de vida útil esperado dos bens.

1.11 Subsídios ao investimento

Os subsídios recebidos de entidades governamentais e comunitárias, destinados a financiar a aquisição de equipamentos, são registados como passivos e reconhecidos em resultados de forma sistemática durante o período de vida útil do equipamento correspondente. Estes subsídios apenas são contabilizados no momento do seu recebimento.

1.12 Pensões de reforma

Em conformidade com o Acordo de Empresa, foi assumida a responsabilidade relativa a complementos de reforma e pré-reforma, para os trabalhadores que se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões à data do respectivo Acordo. A responsabilidade referida corresponde à diferença entre a pensão de reforma por limite de idade ou invalidez atribuída pelas Instituições de Previdência e o último vencimento auferido pelo trabalhador.

O plano de pensões referido consiste num plano de benefícios definidos, cujas responsabilidades são estimadas com base num estudo actuarial independente, utilizando o Método de Crédito da Unidade Projectada, a fim de determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes. A responsabilidade é mensurada ao valor presente dos ex-fluxos futuros de cash flows, determinado com base em taxas de juro de aplicações financeiras com prazos de conclusão/término similares aos prazos da responsabilidade.

O registo contabilístico das responsabilidades relativas ao plano de pensões é efectuado nos termos definidos pela Directriz Contabilística n.º 19, sendo os ganhos e perdas actuariais registados em resultados no período em que ocorrem.

Conforme definido nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 19, as responsabilidades por serviços passados de trabalhadores ainda no activo, calculadas à data de entrada em vigor da referida Directriz, foram registadas em custos diferidos, sendo amortizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004 pelo período médio de serviço remanescente, estimado em oito anos.

A EEM mantém uma apólice de seguro para cobrir parte da responsabilidade do plano de pensões. As variações no valor de mercado da apólice são registadas nas contas de custos e proveitos nos períodos em que ocorrem.

I.13 Impostos sobre lucros

A EEM e as suas subsidiárias estão sujeitas ao regime fiscal consagrado pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

De acordo com a legislação portuguesa, as declarações para impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitos a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

I.14 Trabalhos para a própria empresa

Os custos incorridos na construção de imobilizados por administração directa, essencialmente constituídos por materiais, custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos, são registados de acordo com as suas naturezas na demonstração dos resultados, sendo posteriormente imputados, com base em critérios específicos, em imobilizado por contrapartida desta rubrica.

I.15 Activos e passivos regulatórios (compensação de tarifário)

Em actividades sujeitas a regulação, os métodos de alocação de custos e proveitos aos períodos contabilísticos podem divergir dos métodos contabilísticos geralmente adoptados em actividades não reguladas.

Os activos e passivos regulatórios são registados por contrapartida de resultados e dizem respeito a custos ou proveitos diferidos definidos e regulados pelo Regulador, que serão recuperados através do aumento ou diminuição das tarifas de electricidade em períodos subsequentes.

O Conselho de Administração assume pressupostos, relativamente à recuperação da compensação de tarifário, baseados nos regulamentos emitidos, na legislação em vigor e na experiência passada. Caso se determine que a probabilidade de recuperação da compensação de tarifário é menos que provável, a mesma será anulada por contrapartida de resultados do exercício.

I.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

I.17 Licenças de emissão de CO2

A EEM detém licenças de emissão de CO2 para fazer face às emissões que resultam da sua actividade operacional. As licenças de emissão de CO2 detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um activo incorpóreo no momento da atribuição, por contrapartida da rubrica de Proveitos diferidos - Subsídios, sendo valorizadas com base na cotação de mercado na data de referência da sua atribuição. A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no exercício, valorizadas com base no custo histórico das licenças, em conformidade com o disposto na Interpretação Técnica n.º 4 - Direitos de emissão de gases com efeito de estufa, de 26 de Abril de 2006.

A amortização dos subsídios é efectuada no exercício em que são atribuídos, na mesma proporção dos consumos. Quando as emissões do ano excedem o montante de licenças de emissão de CO2 atribuídas gratuitamente, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de referência das demonstrações financeiras.

I.18 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2 Imobilizações corpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Valor bruto:				
Terrenos	5.637.898	5.450.969	5.637.898	5.450.969
Edifícios e outras construções	178.701.269	176.860.536	175.561.880	173.721.147
Equipamento básico e outras instalações	366.593.383	341.146.136	360.786.463	335.339.235
Equipamentos de transporte	1.859.554	2.267.346	1.838.064	2.245.856
Ferramentas e utensílios	1.905.443	1.800.061	1.905.443	1.800.061
Equipamento administrativo	10.845.804	8.687.891	10.736.429	8.578.689
Outros equipamentos	10.516.663	9.416.303	10.516.663	9.416.302
Património artístico	55.965	49.915	-	-
Imobilizações em curso	19.454.356	10.026.043	19.454.356	10.026.043
	<u>595.570.335</u>	<u>555.705.200</u>	<u>586.437.196</u>	<u>546.578.302</u>
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício	(20.804.247)	(19.747.710)	(20.346.636)	(19.275.892)
Relativas a exercícios anteriores	(271.589.914)	(252.310.334)	(269.402.615)	(250.594.852)
	<u>(292.394.161)</u>	<u>(272.058.044)</u>	<u>(289.749.251)</u>	<u>(269.870.744)</u>
	<u>303.176.174</u>	<u>283.647.156</u>	<u>296.687.945</u>	<u>276.707.558</u>

Os movimentos da rubrica de Imobilizações corpóreas para o Grupo, durante o ano de 2006, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Transferências Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Valor bruto:					
Terrenos	5.450.969	171.540	-	15.389	5.637.898
Edifícios e outras construções	176.860.536	1.702.183	(37.770)	176.320	178.701.269
Equipamento básico e outras instalações	341.146.136	18.588.177	-	6.859.070	366.593.383
Equipamentos de transporte	2.267.346	5.789	(413.581)	-	1.859.554
Ferramentas e utensílios	1.800.061	141.888	(36.506)	-	1.905.443
Equipamento administrativo	8.687.891	2.167.247	(9.334)	-	10.845.804
Outros equipamentos	9.416.303	1.100.360	-	-	10.516.663
Património artístico	49.915	6.050	-	-	55.965
Imobilizações em curso	10.026.043	16.570.574	-	(7.142.261)	19.454.356
	<u>555.705.200</u>	<u>40.453.808</u>	<u>(497.191)</u>	<u>(91.482)</u>	<u>595.570.335</u>
Amortizações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	48.748.218	4.934.282	(13.532)	-	53.668.968
Equipamento básico e outras instalações	205.920.468	14.192.185	-	-	220.112.653
Equipamento de transporte	2.232.972	15.948	(413.583)	-	1.835.337
Ferramentas e utensílios	1.618.856	73.335	(36.507)	-	1.655.684
Equipamento administrativo	6.013.021	1.083.456	(4.508)	-	7.091.969
Outros equipamentos	7.524.509	505.041	-	-	8.029.550
	<u>272.058.044</u>	<u>20.804.247</u>	<u>(468.130)</u>	<u>-</u>	<u>292.394.161</u>

As adições à rubrica Equipamento básico e outras instalações correspondem, essencialmente, à construção do Terminal de Fuel dos Socorridos, a grandes reparações nos Grupos da Central Térmica da Vitória e a intervenções nas redes de transporte e distribuição de energia.

No decorrer do exercício de 2006 foram concluídas diversas obras nas subestações que compõem a rede de distribuição de energia eléctrica da Região Autónoma da Madeira. Deste modo, foram transferidos da rubrica de Imobilizado em curso para as restantes rubricas de imobilizações corpóreas, obras no valor de Euros 7.142.261.

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Imobilizações em curso corresponde maioritariamente a obras de melhoramento e extensão de linhas, relacionadas com as actividades de transporte e distribuição de energia.

3 Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Valor bruto:				
Estudos técnicos	3.195.770	3.009.996	3.086.904	2.913.626
Propriedade industrial	1.871.357	1.871.357	1.871.357	1.871.357
Licenças de emissão de CO2	7.511.682	-	7.511.682	-
Outras imobilizações incorpóreas	11.440.096	11.440.096	11.440.096	11.440.096
	<u>24.018.905</u>	<u>16.321.449</u>	<u>23.910.039</u>	<u>16.225.079</u>
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício	(662.142)	(621.175)	(652.232)	(603.340)
Relativas a exercícios anteriores	(10.458.441)	(9.837.266)	(10.373.575)	(9.770.235)
	<u>(11.120.583)</u>	<u>(10.458.441)</u>	<u>(11.025.807)</u>	<u>(10.373.575)</u>
	<u>12.898.322</u>	<u>5.863.008</u>	<u>12.884.232</u>	<u>5.851.504</u>

A rubrica Estudos técnicos corresponde, essencialmente, aos encargos com estudos técnicos efectuados por terceiros, relativamente aos projectos de investimento do Grupo EEM.

A rubrica Propriedade industrial, no montante de Euros 1.871.357, corresponde essencialmente ao valor pago pela EEM para assumir contratualmente a exploração de um estabelecimento industrial de produção de energia eléctrica pelo prazo de 33 anos, a findar no ano de 2026.

A rubrica Licenças de emissão de CO2 corresponde às licenças atribuídas gratuitamente no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) para o triénio 2005-2007, no montante de Euros 6.707.302, e às licenças adquiridas em mercado para fazer face aos consumos do exercício, no montante de Euros 804.380. No decorrer do exercício de 2006, a política contabilística do Grupo EEM relativamente às licenças de emissão de CO2 foi alterada por via da introdução da Interpretação Técnica n.º 4, conforme mencionado na nota 1.17.

A rubrica Outras imobilizações incorpóreas corresponde aos encargos com juros de empréstimos obtidos para financiamento de projectos de expansão das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia, conforme referido na nota 1.10.

Os movimentos da rubrica Imobilizações incorpóreas para o Grupo, durante o ano de 2006, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Transferências Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Valor bruto:					
Estudos técnicos	3.009.996	94.292	-	91.482	3.195.770
Propriedade industrial	1.871.357	-	-	-	1.871.357
Licenças de emissão de CO2	-	7.511.682	-	-	7.511.682
Outras imobilizações incorpóreas	11.440.096	-	-	-	11.440.096
	<u>16.321.449</u>	<u>7.605.974</u>	<u>-</u>	<u>91.482</u>	<u>24.018.905</u>
Amortizações acumuladas:					
Estudos técnicos	2.962.970	85.431	-	-	3.048.401
Propriedade industrial	687.189	56.707	-	-	743.896
Outras imobilizações incorpóreas	6.808.282	520.004	-	-	7.328.286
	<u>10.458.441</u>	<u>662.142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.120.583</u>

4 Investimentos financeiros

As participações financeiras, detidas pelo Grupo, são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Subsidiárias:				
Museu - Casa da Luz	-	-	261.605	381.753
Emacom	-	-	95.070	108.486
Enereem	-	-	887.730	629.562
	-	-	1.244.405	1.119.801
Associadas:				
Teleféricos da Madeira, S.A.	556.944	554.812	556.944	554.812
Outras:				
Banif - SGPS, S.A.	4.314.077	3.178.887	4.314.077	3.178.887
Horários do Funchal, S.A.	611.027	611.027	611.027	611.027
Luso Carbon Fund	600.000	-	600.000	-
Sociedade de Desenvolvimento de Porto Santo, S.A.	-	99.760	-	99.760
Centro Logístico de Combustíveis da Madeira, S.A.	50.000	50.000	50.000	50.000
Madibel Indústrias de Alimentos e Bebidas, S.A.	20.141	20.141	20.141	20.141
Comboio do Monte, S.A.	16.000	-	16.000	-
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda	3.990	-	3.990	-
	5.615.235	3.959.815	5.615.235	3.959.815
Imparidade em outras participações	(20.141)	(20.141)	(20.141)	(20.141)
	<u>6.152.038</u>	<u>4.494.486</u>	<u>7.396.443</u>	<u>5.614.287</u>

As percentagens de participação detidas pelo Grupo e pela Empresa são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 %	2005 %	2006 %	2005 %
Subsidiárias:				
Museu - Casa da Luz	100,00	100,00	100,00	100,00
Emacom	100,00	100,00	100,00	100,00
Enereem	92,50	92,50	85,00	85,00
Associadas:				
Madem - Comunicações da Madeira, S.A.	-	47,50	-	-
Teleféricos da Madeira, S.A.	20,00	20,00	20,00	20,00
Outras:				
Banif - SGPS, S.A.	1,62	1,62	1,62	1,62
Horários do Funchal, S.A.	5,00	5,00	5,00	5,00
Luso Carbon Fund	0,60	-	0,60	-
Sociedade de Desenvolvimento de Porto Santo, S.A.	-	12,50	-	12,50
Centro Logístico de Combustíveis da Madeira, S.A.	10,00	10,00	10,00	10,00
Madibel Indústrias de Alimentos e Bebidas, S.A.	2,52	2,52	2,52	2,52
Comboio do Monte, S.A.	16,67	-	16,67	-
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda	10,00	-	10,00	-

Participações consolidadas pelo método de consolidação integral

O Museu – Casa da Luz foi constituído em 1997, com o capital social de Euros 99.760, integralmente detido pela EEM, sendo sedado na Região Autónoma da Madeira.

A 31 de Dezembro de 2003, esta subsidiária apresentava uma situação líquida inferior ao valor do seu capital social. Durante o exercício de 2004, a EEM, seu único accionista, efectuou prestações suplementares no montante de Euros 600.000, de forma a repôr o equilíbrio financeiro desta subsidiária.

A Emacom foi constituída em Agosto de 1998, com o capital social de Euros 49.880, integralmente detido pela EEM, sendo sedada na Região Autónoma da Madeira.

A Emacom tem como principal actividade a prestação de serviços de telecomunicações, tendo obtido uma licença de operador de rede pública de telecomunicações, concedida pela Anacom.

A 31 de Dezembro de 2003, a Emacom apresentava uma situação líquida negativa, devido a prejuízos acumulados. Durante o exercício de 2004, a EEM, seu único accionista, efectuou prestações suplementares no montante de Euros 1.000.000, de forma a repôr o equilíbrio financeiro desta subsidiária.

A Enereem foi constituída em Setembro de 1998, com o capital social de Euros 49.880, sendo sedeada na Região Autónoma da Madeira. A EEM detém uma participação directa de 85% e indirecta de 7,5% através do Museu – Casa da Luz.

A Enereem iniciou a sua actividade em 2000, mas apenas iniciou a exploração dos parques eólicos que detém na ilha de Porto Santo e na Ilha da Madeira, em 2001 e 2003, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2003, a Enereem apresentava uma situação líquida negativa, devido a prejuízos acumulados. Durante o exercício de 2004, a EEM e os restantes accionistas efectuaram prestações suplementares no montante de Euros 800.000, de forma a repôr o equilíbrio financeiro desta subsidiária.

Participações consolidadas pelo método de equivalência patrimonial

As participações financeiras em 31 de Dezembro de 2006, para as quais foi aplicado o método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

	% do Capital	Custo de aquisição Euros	Valor contabilístico Euros
Teleféricos da Madeira, S.A.	20,00	92.395	556.944
		92.395	556.944

A Teleféricos da Madeira, S.A. foi constituída em 19 de Abril de 1999, com o capital social de Euros 250.000. Em 1999, a EEM participou em 15% do capital social, no montante de Euros 37.500. No entanto, durante o ano 2000, a EEM adquiriu mais 5% da sociedade Teleféricos da Madeira, S.A. pelo montante de Euros 54.895, montante que inclui um prémio no valor de Euros 42.395. Esta entidade está sedeada na Região Autónoma da Madeira.

No decorrer do exercício de 2006, a Madem – Comunicações da Madeira, S.A. foi dissolvida por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 30 de Dezembro de 2004. Esta sociedade, detida pela EEM em 46% através da Emacom e em 1,5% através do Museu – Casa da Luz, foi constituída em 1999 para o desenvolvimento da sua actividade na área das telecomunicações, em parceria com a Maxitel – Serviços e Gestão de Telecomunicações, S.A. (51%) e Aream – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (1,5%). No âmbito desta liquidação, as perdas totais do Grupo EEM ascenderam a Euros 676.384, as quais já tinham sido reconhecidas contabilisticamente em exercícios anteriores.

Outras participações (contabilizadas ao custo de aquisição)

Em 28 de Junho de 2006, o Banif – SGPS, S.A. realizou um aumento de capital no montante de Euros 50.000.000 através de uma incorporação de reservas, mediante a emissão de 5 milhões de novas acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de Euros 5 cada uma, tendo sido atribuídas à EEM 81.085 novas acções. Adicionalmente, foi efectuada uma emissão de novas acções reservadas a accionistas, no montante de Euros 25.000.000 (5 milhões de acções de valor nominal de Euros 5), ao preço de Euros 14 por acção. No âmbito deste aumento de capital a EEM procedeu à aquisição de 81.085 acções ao preço unitário de Euros 14.

Em 19 de Setembro de 2006, o Banif – SGPS, S.A. procedeu à renominalização das novas acções, passando o valor unitário das mesmas de Euros 5 para Euro 1.

A participação no Banif – SGPS, S.A. é representada por 4.054.260 acções com um valor nominal de Euro 1 cada. O preço médio de aquisição das acções detidas é de Euros 1,06 por acção. A 31 de Dezembro de 2006, o valor de mercado da participação detida pela EEM ascende a Euros 21.082.152.

A Horários do Funchal, S.A. foi constituída em 5 de Junho de 1986, com um capital social de Euros 16.500.000, no qual a EEM detém uma participação directa de 5%, registada pelo valor de aquisição de Euros 611.027.

No decorrer do exercício de 2006, a EEM procedeu à aquisição de 12 unidades de participação do Luso Carbon Fund, as quais têm um valor de subscrição unitário de Euros 50.000. Este fundo tem como principal actividade a procura, avaliação e selecção de projectos geradores de créditos de emissão e o investimento do capital depositado pelos participantes nesses projectos de forma a permitir a obtenção de licenças de emissão de CO₂.

O Centro Logístico de Combustíveis da Madeira, S.A. foi constituído em 1999, com o capital social de Euros 250.000. Durante 2004 foi realizado um aumento do capital social para o montante de Euros 500.000, tendo a EEM adquirido 2.500 novas acções com o valor nominal de Euros 10, pelo montante de Euros 25.000. A 31 de Dezembro de 2006, o investimento detido ascende a Euros 50.000.

Em 5 de Agosto de 1988, a EEM adquiriu uma participação de 2,52% no capital da Madibel Indústrias de Alimentos e Bebidas, S.A., cujo capital social ascende a Euros 798.400. Considerando as dificuldades financeiras que a Madibel enfrenta actualmente, a EEM registou em 2005 uma perda por imparidade no montante de Euros 20.141, correspondente ao valor total do investimento detido.

5 Clientes e outros devedores

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Clientes:				
Entidades oficiais				
Com protocolo	49.046.711	47.249.117	49.046.711	47.249.117
Sem protocolo	52.505.947	48.746.999	52.505.174	48.746.999
Rede Eléctrica Nacional	849.470	2.296.716	849.470	2.296.716
Outros clientes	12.255.844	15.897.609	12.211.153	15.822.245
	<u>114.657.972</u>	<u>114.190.441</u>	<u>114.612.508</u>	<u>114.115.077</u>
Outros devedores:				
Estado	6.837.753	6.889.768	6.728.805	6.749.888
Coopereme	2.639.832	2.639.832	2.639.832	2.639.832
Outros devedores	1.522.567	1.455.986	4.233.385	4.496.145
Adiantamentos a fornecedores	15.099	15.099	-	-
	<u>11.015.251</u>	<u>11.000.685</u>	<u>13.602.022</u>	<u>13.885.865</u>
Devedores de cobrança duvidosa	8.330.645	7.813.771	8.330.645	7.813.771
	<u>134.003.868</u>	<u>133.004.897</u>	<u>136.545.175</u>	<u>135.814.713</u>
Imparidade para devedores de cobrança duvidosa	(8.087.099)	(7.611.398)	(8.087.099)	(7.611.398)
	<u>125.916.769</u>	<u>125.393.499</u>	<u>128.458.076</u>	<u>128.203.315</u>

A rubrica Entidades oficiais com protocolo, no montante de Euros 49.046.711 (2005: Euros 47.249.117) corresponde a um conjunto de protocolos celebrados com algumas entidades oficiais regionais, com vista ao recebimento dos valores devidos por essas entidades num período que varia entre os 10 e os 30 anos, sem juros e com planos de reembolso mensais. Ao abrigo dos referidos protocolos, a EEM recebeu em 2006 o montante de Euros 2.259.186 (2005: Euros 2.252.717). As condições dos referidos protocolos implicam que o valor actual destes créditos seja substancialmente inferior ao seu valor nominal.

A rubrica Entidades oficiais sem protocolo, no montante de Euros 52.505.947 (2005: Euros 48.746.999), corresponde a valores facturados a entidades oficiais regionais até 31 de Dezembro de 2006, relativos ao fornecimento de energia eléctrica e outros serviços prestados em dívida à data e que não se encontram abrangidos por protocolos para o seu recebimento. Deste montante, Euros 26.726.474 (2005: Euros 22.800.712) referem-se a facturação de iluminação pública.

A rubrica Estado inclui os montantes a receber de Euros 6.036.946 (2005: Euros 6.878.447) e de Euros 800.807 (2005: Euros 11.305) referentes a Imposto sobre o Valor Acrescentado e IRC, respectivamente.

A rubrica Coopereme corresponde a empréstimos efectuados à cooperativa Coopereme - Cooperativa de Habitação, C.R.L. para a construção de um imóvel de habitação que tem como cooperantes trabalhadores da EEM.

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 834.726 (2005: Euros 792.089) referente a empréstimos concedidos ao Centro Logístico de Combustíveis da Madeira, S.A., conforme estabelecido por acordo dos seus accionistas.

À data de 31 de Dezembro de 2006, o movimento na imparidade para devedores de cobrança duvidosa é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	7.611.398	7.277.577	7.611.398	7.277.577
Ajustamento do exercício	475.701	333.821	475.701	333.821
Saldo em 31 de Dezembro	8.087.099	7.611.398	8.087.099	7.611.398

6 Existências

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Mercadorias	9.372.711	8.365.698	9.264.570	8.255.092
Matérias primas e subsidiárias	3.888.361	4.543.945	3.888.361	4.543.945
	13.261.072	12.909.643	13.152.931	12.799.037
Imparidade por depreciação de existências	(322.423)	(322.423)	(255.173)	(255.173)
	12.938.649	12.587.220	12.897.758	12.543.864

A rubrica Mercadorias inclui valores relativos a cabos eléctricos, material para ser incorporado nas redes de transporte e distribuição, peças de reserva para as centrais térmicas e mercadorias diversas para venda no Museu - Casa da Luz.

7 Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Custos diferidos:				
Pensões de reforma	6.890.017	8.268.021	6.890.017	8.268.021
Custos financeiros	2.736.904	2.951.375	2.736.904	2.951.375
Outros	178.837	88.656	177.590	87.477
	<u>9.805.758</u>	<u>11.308.052</u>	<u>9.804.511</u>	<u>11.306.873</u>
Acréscimos de proveitos:				
Subsídios à exploração	39.766.841	40.778.911	39.766.841	40.778.911
Compensação de tarifário	47.807.582	14.235.795	47.807.582	14.235.795
Energia a facturar	7.375.861	-	7.377.333	-
Outros	261.081	153.606	262.851	163.725
	<u>95.211.365</u>	<u>55.168.312</u>	<u>95.214.607</u>	<u>55.178.431</u>
	<u>105.017.123</u>	<u>66.476.364</u>	<u>105.019.118</u>	<u>66.485.304</u>

A rubrica Pensões de reforma representa a responsabilidade com serviços passados relativa aos trabalhadores ainda no activo, determinada com referência à data da adopção da Directriz Contabilística n.º 19, cuja amortização, com início em 1 de Janeiro de 2004, se tem vindo a efectuar de forma constante pelo período médio de serviço remanescente desses trabalhadores, estimado em oito anos, conforme referido nas notas 1.12 e 24.

A rubrica de Custos financeiros inclui o montante de Euros 2.638.904 (2005: Euros 2.828.875) de encargos suportados pela EEM, no âmbito do processo de reestruturação do passivo financeiro, conforme referido na nota 12.

A rubrica Subsídios à exploração, no montante de Euros 39.766.841 (2005: Euros 40.778.911), corresponde à diferença entre os valores registados na conta de exploração nos exercícios de 1998 a 2002 e os efectivamente recebidos referentes ao mesmo período, ao abrigo do contrato assinado entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República, o qual prevê o pagamento do valor em dívida em 40 prestações trimestrais, conforme referido na nota 1.3. Até 31 de Dezembro de 2005 não tinha ocorrido qualquer pagamento por parte do Governo da República, sendo que no decorrer do ano de 2006 foi recebido o montante de Euros 1.012.070, acrescido de IVA à taxa de 4%.

A rubrica Compensação de tarifário, no montante de Euros 47.807.582 (2005: Euros 14.235.795), corresponde ao valor a receber pela convergência tarifária de 2006 e à variação de custos não controláveis de 2004, 2005 e 2006 a receber da Rede Eléctrica Nacional (REN) por via das tarifas UGS, conforme referido nas notas 1.1 e 1.15.

8 Títulos negociáveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Outros títulos negociáveis	-	2.499.997	-	2.499.997
Outras aplicações financeiras	10.136	9.000.000	-	9.000.000
	<u>10.136</u>	<u>11.499.997</u>	<u>-</u>	<u>11.499.997</u>

Em 2005, a rubrica Outros títulos negociáveis corresponde a 374.919 unidades de participação detidas num fundo de investimento gerido pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. que foram objecto de alienação durante o exercício de 2006.

A rubrica Outras aplicações financeiras regista, em 2005, um investimento de curto prazo no Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. Este investimento vencia juros a uma taxa fixa (2,85%), sendo que o seu vencimento ocorreu no dia 12 de Janeiro de 2006.

9 Capital social

O capital social de Euros 20.000.000, representado por 4.000.000 de acções com o valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo detido na sua totalidade pelo Governo da Região Autónoma da Madeira.

10 Reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Reservas legais e estatutárias	16.878.796	15.744.828	16.878.796	15.744.828
Outras reservas	16.728.468	18.175.913	17.104.858	18.175.913
Resultados transitados	53.149.106	47.159.735	52.772.716	47.159.735
	<u>86.756.370</u>	<u>81.080.476</u>	<u>86.756.370</u>	<u>81.080.476</u>

Nos termos da legislação portuguesa, a EEM deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 5% dos lucros anuais, até à concorrência de 20% do capital social. Esta reserva normalmente não está disponível para distribuição, podendo ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

Considerando que, com referência a 31 de Dezembro de 2006, a EEM já atingiu o limite da Reserva legal, conforme mencionado no parágrafo anterior, não será afecto a esta rubrica qualquer montante do Resultado Líquido do exercício.

A rubrica Outras reservas corresponde a reservas de reavaliação originadas pelas reavaliações que a EEM realizou ao seu imobilizado corpóreo com base em diplomas legais, conforme referido na nota 1.8.

11 Interesses minoritários

A rubrica Interesses minoritários corresponde ao investimento na Enereem, detido pela Aream – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira.

A participação de 92,5% detida directa e indirectamente pela EEM foi consolidada pelo método integral, dando origem aos interesses minoritários correspondentes a 7,5% dos capitais próprios e dos resultados da Enereem, no montante de Euros 78.330 (2005: Euros 55.550).

12 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são analisados por tipo de empréstimo como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Contas correntes caucionadas	36.854.500	-	36.854.500	-
Financiamento estrangeiro	260.000.000	262.386.975	260.000.000	262.386.975
Outros empréstimos	14.283.078	19.695.166	12.287.886	17.438.282
	<u>311.137.578</u>	<u>282.082.141</u>	<u>309.142.386</u>	<u>279.825.257</u>

No decorrer do exercício de 2005 a EEM procedeu à reestruturação do seu passivo financeiro. No âmbito deste processo, a EEM contraíu dois novos empréstimos de longo prazo, nos montantes de Euros 220.000.000 e Euros 40.000.000, com o objectivo de proceder ao reembolso das dívidas existentes e financiar os investimentos em infra-estruturas associadas às actividades de produção e distribuição de energia, respectivamente.

Em 2005, a rubrica Financiamento estrangeiro inclui o valor remanescente do empréstimo contraído em 1986 junto do Banco Europeu de Investimento no montante de Euros 2.386.975, com um montante inicial de Euros 21.947.107. O empréstimo foi contratado em várias divisas estrangeiras, em relação às quais a EEM contratou a fixação do câmbio para a data dos respectivos vencimentos. Este empréstimo é amortizado anualmente, tendo a última prestação sido liquidada no decorrer do exercício de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Outros empréstimos inclui um empréstimo no montante de Euros 11.934.000 (2005: Euros 13.810.000) com a duração de dez anos, cuja liquidação das prestações se encontra garantida pela afectação, a uma conta bancária, dos pagamentos mensais da Secretaria Regional das Finanças, ao abrigo do protocolo de regularização de dívidas celebrado com a EEM. Com vista a cobrir o risco de taxa de juro inerente a este empréstimo, a EEM contratou, em 2001, uma opção (cap) com vencimento a 10 anos sobre a Euribor a 6 meses. O prémio desta opção é pago em prestações semestrais de 0,29% em cada data de vencimento de juros do empréstimo.

I3 Provisões

Nesta rubrica encontra-se incluída a provisão constituída para fazer face a complementos de reforma e pré-reforma, nos termos definidos pelo Acordo de Empresa, no montante de Euros 31.219.002 (2005: Euros 31.455.142), conforme referido na nota 24.

O movimento em Provisões é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	33.135.641	31.542.507	32.666.130	31.072.996
Provisões do exercício:				
Para benefícios de reforma	2.523.642	3.214.512	2.523.642	3.214.512
Licenças de emissão de CO2	161.601	1.060.988	161.601	1.060.988
Outras	76.667	150.000	76.667	150.000
Utilização de provisões:				
Para benefícios de reforma	(2.759.782)	(2.832.366)	(2.759.782)	(2.832.366)
Licenças de emissão de CO2	(1.060.988)	-	(1.060.988)	-
Outras	(162.602)	-	(150.000)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>31.914.179</u>	<u>33.135.641</u>	<u>31.457.270</u>	<u>32.666.130</u>

De acordo com o Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro, a EEM constituiu uma provisão no montante de Euros 161.601 (2005: Euros 1.060.988), correspondente ao diferencial entre as emissões de CO2 do ano e as licenças em carteira à data de 31 de Dezembro de 2006, conforme referido na nota 25.

I4 Impostos diferidos

A rubrica Impostos diferidos inclui o montante dos impostos diferidos passivos associados às reavaliações legais ainda não realizadas, atendendo à não aceitação como custo fiscal de 40% do valor das amortizações das reavaliações legais a realizar em exercícios futuros. O montante de impostos diferidos revertido no exercício de 2006 ascendeu a Euros 173.882 (2005: Euros 182.280).

I5 Fornecedores e outros credores

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Fornecedores	31.146.443	18.470.544	31.206.310	18.523.886
Fornecedores de imobilizado	10.728.785	11.336.463	10.716.604	11.318.951
Instituto do Ambiente	7.511.682	-	7.511.682	-
Estado	2.733.986	3.220.534	2.693.707	3.181.197
Outros credores	4.332.470	4.046.782	4.331.937	4.046.384
	<u>56.453.366</u>	<u>37.074.323</u>	<u>56.460.240</u>	<u>37.070.418</u>

A rubrica Fornecedores inclui principalmente fornecimentos de combustíveis e de energia.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Fornecedores de imobilizado inclui o montante de Euros 660.381 referente a um contrato de leasing associado à frota automóvel da EEM. Durante o exercício de 2006 estes contratos foram encerrados.

A rubrica Instituto do Ambiente corresponde à responsabilidade decorrente dos consumos de CO2 efectuados pela EEM no âmbito do desenvolvimento da sua actividade operacional, conforme referido na nota 1.17.

A rubrica Estado é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Taxa de exploração	1.849.956	1.695.116	1.849.956	1.695.116
Contribuições para a Segurança Social	555.314	547.009	554.928	546.637
IRC a pagar	37.584	686.882	-	649.824
Outros	291.132	291.527	288.823	289.620
	<u>2.733.986</u>	<u>3.220.534</u>	<u>2.693.707</u>	<u>3.181.197</u>

Na rubrica Outros credores estão incluídos os depósitos de garantia efectuados pelos consumidores, no montante de Euros 3.948.035 (2005: Euros 3.692.423).

I 6 Acréscimos de Custos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Direitos de passagem	6.027.640	-	6.027.640	-
Encargos com férias e subsídio de férias	3.597.270	3.950.182	3.594.689	3.947.721
Juros a pagar	1.404.458	2.122.378	1.349.282	2.105.773
Outros encargos	1.167.122	4.610.378	1.208.466	4.604.773
	<u>12.196.490</u>	<u>10.682.938</u>	<u>12.180.077</u>	<u>10.658.267</u>

A rubrica Direitos de passagem corresponde à taxa municipal relativa ao exercício de 2006 devida pela EEM pela ocupação de domínio público municipal. Esta taxa foi fixada em 7,5% do valor anual das vendas de energia eléctrica em baixa tensão em cada Município, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/M, de 8 de Janeiro de 2007, o qual produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

A rubrica Outros encargos inclui o montante de Euros 400.078 (2005: Euros 875.464) referente ao fornecimento de energia eléctrica, por parte de produtores independentes, à EEM.

I 7 Proveitos diferidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Subsídios ao investimento recebidos:				
Plano Operacional Plurifundos ("POP-RAM")	21.786.199	24.660.206	21.786.199	24.660.206
Projecto Socorridos	9.989.771	3.564.825	9.989.771	3.564.825
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ("FEDER")	1.588.508	2.391.396	1.588.508	2.391.396
Projectos de reforço de rede	1.411.247	1.052.510	1.411.247	1.052.510
Projecto SIURE	236.757	235.892	-	-
Programa VALOREN	-	37.460	-	37.460
	<u>35.012.482</u>	<u>31.942.289</u>	<u>34.775.725</u>	<u>31.706.397</u>
Outros proveitos diferidos	<u>7.463.064</u>	<u>7.489.497</u>	<u>7.463.064</u>	<u>7.465.595</u>
	<u>42.475.546</u>	<u>39.431.786</u>	<u>42.238.789</u>	<u>39.171.992</u>

As participações recebidas dos fundos comunitários e governamentais destinam-se a financiar a aquisição de equipamentos. Estes valores são contabilizados como passivo, sendo reconhecidos em resultados durante a vida útil do imobilizado, conforme referido na nota 1.11.

A rubrica Outros proveitos diferidos inclui o montante de Euros 6.378.060 (2005: Euros 6.360.973) referente a obras realizadas a pedido de clientes e a estes facturadas, dando origem a itens de imobilizado. Estes valores têm tratamento contabilístico semelhante ao que é aplicado aos subsídios ao investimento recebidos.

18 Vendas e Custo das vendas

A rubrica Vendas é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Vendas:				
Energia	94.839.432	88.433.600	94.855.931	88.451.494
Compensação de tarifário	32.783.778	37.900.773	32.783.778	37.900.773
Déficit tarifário em baixa tensão	9.580.871	-	9.580.871	-
Outros	226	42.709	-	42.384
	<u>137.204.307</u>	<u>126.377.082</u>	<u>137.220.580</u>	<u>126.394.651</u>
Custo das vendas:				
Matérias primas e subsidiárias	63.273.772	55.857.176	64.079.022	56.561.176
Mercadorias	12.316.247	8.745.446	12.313.781	8.745.226
	<u>75.590.019</u>	<u>64.602.622</u>	<u>76.392.803</u>	<u>65.306.402</u>

A rubrica Compensação de tarifário refere-se aos valores atribuídos à EEM, ao abrigo do art.º 95 do Regulamento de Tarifário, conforme referido nas notas 1.1 e 1.15.

A rubrica Déficit tarifário em baixa tensão corresponde aos recebimentos da REN no decorrer do exercício de 2006, por via do mecanismo de limitação dos acréscimos da tarifa de venda de energia a clientes finais em baixa tensão à variação esperada do índice de preços implícito no consumo privado em 2006, conforme estipulado no art.º 121 do Regulamento Tarifário.

19 Outros proveitos operacionais

A rubrica Outros proveitos operacionais é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Trabalhos para a própria empresa	24.277.743	16.575.693	24.277.743	16.575.693
Licenças de emissão de CO2	7.841.386	-	7.841.386	-
Prestação de serviços	231.334	197.387	142.260	111.385
Proveitos suplementares	211.008	162.078	206.471	172.198
	<u>32.561.471</u>	<u>16.935.158</u>	<u>32.467.860</u>	<u>16.859.276</u>

A rubrica Licenças de emissão de CO2 corresponde à amortização do subsídio que resulta da atribuição de licenças de emissão de CO2 a título gratuito, conforme referido na nota 1.17.

20 Outros custos operacionais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Licenças de emissão de CO2	7.608.092	-	7.608.092	-
Direitos de passagem	6.027.640	-	6.027.640	-
Outros custos operacionais	945.182	826.339	916.718	805.027
	<u>14.580.914</u>	<u>826.339</u>	<u>14.552.450</u>	<u>805.027</u>

A rubrica Licenças de emissão de CO2 corresponde aos consumos de licenças resultantes de emissões de gases com efeitos de estufa, conforme referido na nota 1.17.

A rubrica Direitos de passagem corresponde à taxa municipal relativa ao exercício de 2006 devida pela EEM, conforme referido na nota 16.

21 Proveitos e custos financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Proveitos financeiros:				
Juros	1.419.391	1.113.581	1.419.391	1.113.577
Outros proveitos e ganhos financeiros	919.904	233.395	919.286	233.395
	<u>2.339.295</u>	<u>1.346.976</u>	<u>2.338.677</u>	<u>1.346.972</u>
Custos financeiros:				
Juros	(11.681.322)	(9.646.660)	(11.607.527)	(9.576.168)
Comissões e outros custos financeiros	(1.017.640)	(1.383.529)	(1.003.627)	(1.370.576)
	<u>(12.698.962)</u>	<u>(11.030.189)</u>	<u>(12.611.154)</u>	<u>(10.946.744)</u>
	<u>(10.359.667)</u>	<u>(9.683.213)</u>	<u>(10.272.477)</u>	<u>(9.599.772)</u>

22 Outros proveitos

Na rubrica Outros proveitos estão incluídas as amortizações de subsídios ao investimento no montante de Euros 4.763.369 (2005: Euros 4.407.107), conforme política contabilística referida na nota 1.11.

23 Imposto sobre lucros

A rubrica Imposto sobre lucros é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2006 Euros	2005 Euros	2006 Euros	2005 Euros
Provisão do exercício para IRC	1.419.309	2.617.378	1.330.241	2.556.369
Imposto diferido	(173.882)	(182.280)	(173.882)	(182.280)
	<u>1.245.427</u>	<u>2.435.098</u>	<u>1.156.359</u>	<u>2.374.089</u>

A rubrica Imposto diferido corresponde ao imposto diferido passivo revertido durante o exercício de 2006 e 2005, associado às reavaliações legais efectuadas pela EEM, de acordo com o referido na nota 14.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC para o Grupo, em 2006 e 2005, é analisada como segue:

	2006			2005		
	Taxa	Base Fiscal	Imposto	Taxa	Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	22,50%	5.777.931	1.300.034	22,50%	8.123.042	1.827.684
Provisões sem consequência fiscal	0,88%	226.177	50.890	8,87%	3.203.321	720.747
Benefícios fiscais	-0,98%	(251.372)	(56.559)	-0,45%	(160.812)	(36.183)
Prejuízos fiscais não dedutíveis	0,60%	154.449	34.751	0,63%	227.018	51.079
Equivalência patrimonial	-1,53%	(392.378)	(88.285)	-1,07%	(386.772)	(87.024)
Dividendos não tributados	-0,63%	(162.171)	(36.488)	-0,31%	(113.519)	(25.542)
Diferença mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-0,27%	(69.787)	(15.702)	0,00%	(250)	(56)
Tributação autónoma (*)	0,42%	470.015	24.431	0,27%	428.055	22.160
Alterações de estimativa	0,00%	502	113	0,02%	6.177	1.390
Amortizações sem consequência fiscal	0,00%	-	-	0,18%	63.967	14.393
Outros ajustamentos	0,56%	143.299	32.242	-0,66%	(238.006)	(53.550)
	<u>21,55%</u>	<u>5.896.665</u>	<u>1.245.427</u>	<u>29,98%</u>	<u>11.152.221</u>	<u>2.435.098</u>

(*) O imposto da Tributação autónoma é calculado à taxa de 5% e 50%.

24 Pensões de reforma

Nos termos definidos no Acordo de Empresa, a EEM assumiu sob a forma de um plano de benefícios definidos, a responsabilidade relativa a complementos de reforma e pré-reforma, para com os trabalhadores que, à data do acordo se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de participantes abrangidos por este plano era o seguinte:

	2006	2005
Número de participantes:		
Activos	88	91
Pré-reformados	56	59
Reformados	185	179
	<u>329</u>	<u>329</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades por serviços passados associados ao plano de pensões, eram as seguintes:

	2006 Euros	2005 Euros
Evolução das responsabilidades:		
Responsabilidades no início do exercício	35.683.615	35.118.994
Custo do serviço corrente	306.501	265.256
Custo dos juros	1.694.971	1.843.747
Pensões pagas	(2.759.782)	(2.832.365)
Ganhos e perdas actuariais	737.012	1.287.983
Responsabilidades no fim do exercício	<u>35.662.317</u>	<u>35.683.615</u>

As responsabilidades efectivas com o plano de pensões encontram-se cobertas por um seguro específico e por provisões para pensões, conforme se apresenta de seguida:

	2006 Euros	2005 Euros
Responsabilidades efectivas em 31 de Dezembro		
Activos	10.825.633	10.451.734
Pré-reformados	11.860.092	12.776.981
Reformados	12.976.592	12.454.900
Responsabilidades objecto de cobertura	35.662.317	35.683.615
Valor do seguro	(4.443.315)	(4.228.473)
Provisões para pensões	(31.219.002)	(31.455.142)
Responsabilidades não cobertas	-	-

Durante 2006, a EEM registou custos com complementos de reforma e pré-reforma no montante de Euros 3.901.646 (2005: Euros 4.592.516), que são analisados como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Custo do período:		
Custo dos serviços correntes	306.501	265.256
Custo dos juros	1.694.971	1.843.747
Ganhos e perdas actuariais	737.012	1.287.983
Retorno dos activos projectados	(214.842)	(182.474)
Amortização das responsabilidades com serviços passados diferidas	1.378.004	1.378.004
Custo líquido do período	3.901.646	4.592.516

De acordo com os princípios definidos na Directriz Contabilística n.º 19 e na sequência do estudo actuarial referido, durante o exercício de 2006 foram registadas pela EEM provisões para complementos de reforma e pré-reforma no montante de Euros 2.523.642 (2005: Euros 3.214.512).

Em 31 de Dezembro de 2003, foram registadas provisões para pensões de reforma por contrapartida de custos diferidos no montante de Euros 11.024.028. Este montante resultou do cálculo efectuado com referência à data de adopção da Directriz Contabilística n.º 19, nos termos estabelecidos pelas disposições transitórias da referida Directriz, das responsabilidades por serviços passados de trabalhadores ainda no activo, cuja amortização, com início em 1 de Janeiro de 2004, se tem vindo a efectuar de forma constante pelo período médio de serviço remanescente desses trabalhadores, estimado em oito anos, conforme referido na nota 7.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades são apresentados como segue:

	2006	2005
Pressupostos:		
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões de pré-reforma	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões de reforma	1,75%	1,75%
Taxa de retorno dos activos	4,75%	4,75%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%
Tábua de mortalidade		
Mulheres	TV88/90	TV88/90
Homens	TV73/77	TV73/77
	+ 1 ano	+ 1 ano
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

25 Licenças de emissão de CO2

Os movimentos em Licenças de emissão de CO2 para consumo são analisados como segue:

	Dez 2006		Dez 2005	
	CO2 (Ton)	Preço (Ton) Euros	CO2 (Ton)	Preço (Ton) Euros
Licenças de CO2 em 1 de Janeiro	(50.742)	22,35	-	-
Licenças atribuída a título gratuito	350.845	22,35	350.845	8,39
Licenças adquiridas	70.000	11,82	-	-
	<u>370.103</u>		<u>350.845</u>	
Licenças a devolver por consumos ocorridos no exercício	(405.075)		(401.587)	
Excesso / (Insuficiência) de licenças	(34.972)	4,62	(50.742)	20,91
Activos / (Responsabilidades) - Euros	<u>(161.601)</u>		<u>(1.060.988)</u>	

As licenças de emissão de CO2 atribuídas para o período de 2005 a 2007 ascendem a 1.052.535 toneladas, a imputar de forma linear a cada um dos exercícios referidos, em conformidade com o disposto no PNALE I.

As responsabilidades são calculadas tendo por base a cotação de mercado das licenças de emissão no final do exercício (ver nota 13).

As licenças correspondentes ao total das emissões efectuadas em cada ano civil são entregues à entidade reguladora de cada país até ao final do quarto mês do ano seguinte.

26 Demonstrações financeiras das sociedades consolidadas pelo método integral

i) Casa da Luz - Empreendimentos Turísticos Similares, Unipessoal, Lda. Balanco em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	2006 Euros	2005 Euros
Activo		
Imobilizações corpóreas	2.577.469	2.694.795
Investimentos financeiros	78.329	55.550
Clientes e outros devedores	22.899	85.070
Existências	40.890	43.356
Custos diferidos	205	160
Caixa e bancos	5.456	7.578
Total do Activo	2.725.248	2.886.509
Capitais Próprios		
Capital social	99.760	99.760
Prestações suplementares	2.096.394	2.096.394
Reservas e resultados transitados	(1.808.353)	(1.644.376)
Resultado líquido	(126.196)	(170.025)
Total dos Capitais Próprios	261.605	381.753
Passivo		
Sócios	2.072.511	2.083.741
Fornecedores e outros credores	384.572	413.145
Outros encargos a pagar	6.560	7.870
Total do Passivo	2.463.643	2.504.756
	2.725.248	2.886.509

ii) Casa da Luz – Empreendimentos Turísticos Similares, Unipessoal, Lda.
Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro
de 2006 e 2005

	2006 Euros	2005 Euros
Proveitos operacionais		
Vendas	226	324
Outros proveitos operacionais	38.674	37.850
	<u>38.900</u>	<u>38.174</u>
Custos operacionais		
Custo das vendas	2.465	220
Custos com o pessoal	21.564	20.327
Fornecimentos e serviços externos	38.990	43.295
Amortizações e ajustamentos	123.570	137.777
Outros custos operacionais	511	356
	<u>187.100</u>	<u>201.975</u>
Resultado operacional	(148.200)	(163.801)
Outros proveitos / (custos)		
Proveitos financeiros/(custos)	22.664	(430)
Resultados em empresas associadas	-	18.099
Outros proveitos	4	1.131
Outros custos	(403)	(24.990)
	<u>22.265</u>	<u>(6.190)</u>
Resultado antes de impostos	(125.935)	(169.991)
Imposto sobre lucros	261	34
Resultado líquido	<u>(126.196)</u>	<u>(170.025)</u>

iii) Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.
Balanço em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	2006 Euros	2005 Euros
Activo		
Imobilizações corpóreas	118.563	132.024
Empréstimos a subsidiárias	456.909	482.644
Estado e outros devedores	162.512	140.698
Custos diferidos	1.042	1.020
Títulos negociáveis	10.136	-
Caixa e bancos	1.222	5.908
Total do Activo	<u>750.384</u>	<u>762.294</u>
Capitais Próprios		
Capital social	49.880	49.880
Prestações suplementares	1.000.000	1.000.000
Reservas e resultados transitados	(941.393)	(873.965)
Resultado líquido	(13.417)	(67.428)
Total dos Capitais Próprios	<u>95.070</u>	<u>108.487</u>
Passivo		
Provisões	456.909	469.511
Sócios	176.000	151.228
Fornecedores e outros credores	15.007	21.955
Outros encargos a pagar	7.398	11.113
Total do Passivo	<u>655.314</u>	<u>653.807</u>
	<u>750.384</u>	<u>762.294</u>

iv) Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.
Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	2006 Euros	2005 Euros
Proveitos operacionais		
Prestações de serviços	181.219	100.025
	<u>181.219</u>	<u>100.025</u>
Custos operacionais		
Fornecimentos e serviços externos	184.925	144.670
Amortizações e ajustamentos	13.462	13.463
Outros custos operacionais	7.664	7.542
	<u>206.051</u>	<u>165.675</u>
Resultado operacional	(24.832)	(65.650)
Outros proveitos / (custos)		
Proveitos financeiros/(custos)	(130)	(1.649)
Resultados em empresas associadas	-	-
Outros proveitos	12.676	25
Outros custos	(502)	-
	<u>12.044</u>	<u>(1.624)</u>
Resultado antes de impostos	(12.788)	(67.274)
Imposto sobre lucros	629	154
Resultado líquido	<u>(13.417)</u>	<u>(67.428)</u>

v) Enereem - Energias Renováveis, Lda.
Balanço em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	2006	2005
	Euros	Euros
Activo		
Imobilizações corpóreas	3.792.198	4.112.778
Imobilizações incorpóreas	14.090	11.504
Clientes e outros devedores	132.979	166.211
Acréscimos proveitos	51.887	-
Caixa e bancos	4.410	927
Total do Activo	<u>3.995.564</u>	<u>4.291.420</u>
Capitais Próprios		
Capital social	49.880	49.880
Prestações suplementares	800.000	800.000
Reservas e resultados transitados	(109.219)	(350.542)
Resultado líquido	<u>303.727</u>	<u>241.323</u>
Total dos Capitais Próprios	<u>1.044.388</u>	<u>740.661</u>
Passivo		
Empréstimos bancários	1.995.192	2.256.884
Sócios	600.093	968.813
Fornecedores e outros credores	61.458	45.479
Outros encargos a pagar	57.676	19.788
Proveitos diferidos	<u>236.757</u>	<u>259.795</u>
Total do Passivo	<u>2.951.176</u>	<u>3.550.759</u>
	<u>3.995.564</u>	<u>4.291.420</u>

vi) Enereem - Energias Renováveis, Lda.**Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**

	2006 Euros	2005 Euros
Proveitos operacionais		
Vendas	805.250	704.000
Outros proveitos operacionais	6.169	-
	<u>811.419</u>	<u>704.000</u>
Custos operacionais		
Fornecimentos e serviços externos	4.828	23.603
Amortizações e reintegrações do exercício	330.495	338.414
Outros custos operacionais	20.282	13.415
	<u>355.605</u>	<u>375.432</u>
Resultado operacional	455.814	328.568
Outros proveitos / (custos)		
Encargos financeiros	(86.946)	(81.363)
Outros proveitos	23.037	55.125
Outros custos	-	(186)
	<u>(63.909)</u>	<u>(26.424)</u>
Resultado antes de impostos	391.905	302.144
Imposto sobre lucros	88.178	60.821
Resultado líquido	<u>303.727</u>	<u>241.323</u>

Relatório e Parecer do Fiscal Único





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Contas Consolidadas

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

Exmo. Senhor Accionista da
EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

1. De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.** apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório consolidado de gestão e sobre as demonstrações financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.
2. Acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.** e das suas subsidiárias e associadas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas com duas reservas e uma ênfase, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.
4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da EEM e do conjunto das subsidiárias incluídas na consolidação;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) o relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da EEM e do conjunto das subsidiárias envolvidas na consolidação.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078
Inscrito na O.R.O.C. Nº 189

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob c
nº 715, fls. 178 do Livro C
2/3



5. Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da EEM aprove:

- i) o relatório consolidado de gestão;
- ii) as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 31 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A. (SROC n.º 189)
Representada por

Jean-éric Gaign (Revisor Oficial de Contas n.º 1013)

Certificação Legal das Contas Consolidadas





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 567.034.414 euros e um total de capital próprio atribuível ao grupo de 111.266.094 euros, incluindo um resultado líquido de 4.509.724 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078
Inscrito na O.R.O.C. N.º 189

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o n.º 715, fls. 178 do Livro C - 2/3

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Durante o mês de Abril de 2003 foi celebrado o Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este contrato estabelece as regras relativas ao pagamento à EEM dos montantes referentes à compensação pela redução do tarifário para os anos de 1998 a 2002, revogando o protocolo anterior. De acordo com o referido contrato, o montante inicialmente estimado da compensação a receber pela EEM ascende a 40.778.911 euros, acrescido de IVA à taxa de 4%, reembolsável em 40 prestações trimestrais com início em 2004. Ao abrigo deste contrato a EEM recebeu, em 2006, o montante de 1.012.070 euros, acrescido de IVA à taxa de 4%. À data da emissão desta Certificação Legal das Contas não nos é possível prever a data em que os valores em dívida serão realizados e o impacto, caso exista, nos capitais próprios e resultados da EEM à data de 31 de Dezembro de 2006.
8. A EEM tem registado na rubrica Clientes e outros devedores o montante de 101.552.658 euros (2005: 95.996.116 euros), relacionado com a iluminação pública e outros serviços prestados a entidades oficiais regionais.

Incluído neste montante encontra-se o valor de 49.046.711 euros (2005: 47.249.117 euros) para o qual a EEM celebrou nos exercícios de 2000, 2001, 2003 e 2006 um conjunto de protocolos com algumas destas entidades, com vista ao recebimento dos valores devidos num período que varia entre os 10 e os 30 anos, sem juros e com planos de pagamento mensais. Ao abrigo dos referidos protocolos a EEM recebeu, em 2006, o montante de 2.259.186 euros e, em anos anteriores, 10.604.811 euros. As condições dos referidos protocolos implicam que o valor actual destes créditos seja substancialmente inferior ao seu valor nominal. À data da emissão desta Certificação Legal das Contas, a EEM não tinha determinado o efeito da actualização dos referidos planos de pagamentos nos seus capitais próprios e resultados.

O remanescente da dívida de entidades oficiais regionais, no montante de 52.505.947 euros (2005: Euros 48.746.999), não se encontra protocolada. Em função da materialidade e da antiguidade dos saldos referidos, e embora tratando-se de valores a receber de entidades oficiais, não é possível prever a data em que os referidos valores serão realizados.



Opinião com reservas

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários em resultado dos assuntos referidos anteriormente nos parágrafos 7 e 8, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

No dia 25 de Março de 2002 foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/2002, que estendeu às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a regulação do sector eléctrico pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Durante o ano de 2002, a ERSE adaptou os diversos regulamentos, nomeadamente o Regulamento de Tarifário, de forma a serem aplicados às Regiões Autónomas, com o objectivo de uma gradual uniformização do tarifário no território nacional com início em 1 de Janeiro de 2003, atendendo aos princípios da uniformidade tarifária e do equilíbrio económico-financeiro das empresas reguladas. No entanto, a esta data ainda se encontram em desenvolvimento um conjunto de medidas legislativas que se destinam a permitir atingir o objectivo de equilíbrio económico-financeiro das empresas reguladas.

Em 31 de Dezembro de 2006, em resultado do processo de redução do tarifário de energia, subsistem por receber valores do Governo da República, conforme referido no ponto 7 do parágrafo das Reservas. Adicionalmente, acrescem a este ponto os montantes em dívida referentes a iluminação pública e outros serviços, devidos por entidades oficiais regionais, conforme referido no ponto 8 do parágrafo das Reservas. Assim, a continuidade da EEM e das suas operações depende do recebimento dos créditos devidos pelas diversas entidades oficiais e das condições futuras em que as suas operações sejam desenvolvidas, designadamente no que respeita à implementação dos instrumentos que visem a regularização dos valores facturados a entidades oficiais regionais.

Lisboa, 31 de Março de 2007

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A. (SROC n.º 189)
Representada por

Jean-éric Gaign (Revisor Oficial de Contas n.º 1013)

Extracto das Actas da Assembleia Geral



ACTA NÚMERO TREZE

- «Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e sete pelas quinze horas, reuniu nos termos do disposto no nº I do artº 376º do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, SA, pessoa colectiva nº 511010435, na sua sede à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses número trinta e dois, no Funchal, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o número zero cinco quatro zero cinco barra nove quatro zero oito um nove. Encontravam-se presentes a Presidente da Mesa da Assembleia Geral Sra. Dr.ª Maria de Fátima Castro Fernandes e Freitas, o Vice – Presidente Sr. Dr. Rui Antero Fernandes Pestana, a Secretária Sr.ª Dr.ª Ana Cristina Dantas Andrade, os membros do Conselho de Administração Sr. Dr. Rui Alberto Faria Rebelo, Sr. João Heliodoro da Silva Dantas e Sr. Eng.º Mário Eugénio Jardim Fernandes e bem assim o único accionista desta sociedade, a Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes, representando a totalidade do capital social, no valor de vinte milhões de euros, pelo que se encontrava a Assembleia em condições de poder funcionar e deliberar validamente nos termos legais, relativamente à seguinte ordem de trabalhos:

- PONTO UM: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2006;
- PONTO DOIS: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- PONTO TRÊS: Deliberar sobre a apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

- Aberta a sessão, foram apresentadas pelos membros do Conselho de Administração da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira S.A. o Relatório e Contas do Exercício do ano 2006 e bem assim a proposta de aplicação de resultados, relativamente à qual foi sugerido que o resultado líquido positivo do exercício, no montante de 4 509 723,91 €, seja dada a seguinte aplicação:

Resultados transitados - 4 058 751,52 €

Reserva de investimento - 450 972,39 €

- Uma vez apreciado o documento em questão e a proposta apresentada, foi deliberado aprovar por unanimidade.
- No que respeita ao ponto três, a accionista Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes reiterou a confiança concedida à Administração desta Empresa extensiva também à Fiscalização da mesma.
- E nada mais havendo a tratar foi, encerrada a reunião e lavrada a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada.»

ACTA NÚMERO CATORZE

- «Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e sete pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu nos termos do disposto no nº I do artº 376º do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, SA, pessoa colectiva nº 511010435, na sua sede à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses número trinta e dois, no Funchal, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o número zero cinco quatro zero cinco barra nove quatro zero oito um nove. Encontravam-se presentes a Presidente da Mesa da Assembleia Geral Sra. Dr.ª Maria de Fátima Castro Fernandes e Freitas, o Vice – Presidente Sr. Dr. Rui Antero Fernandes Pestana, a Secretária Sr.ª Dr.ª Ana Cristina Dantas Andrade, os membros do Conselho de Administração Sr. Dr. Rui Alberto Faria Rebelo, Sr. João Heliodoro da Silva Dantas e Sr. Eng. Mário Eugénio Jardim Fernandes e bem assim o único accionista desta sociedade, a Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes, representando a totalidade do capital social, no valor de vinte milhões de euros, pelo que se encontrava a Assembleia em condições de poder funcionar e deliberar validamente nos termos legais, relativamente à seguinte ordem de trabalhos:
- PONTO ÚNICO: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas do Exercício de 2006 e sobre a aplicação de resultados.
- Aberta a sessão, foram apresentadas pelos membros do Conselho de Administração da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira S.A. o Relatório e Contas Consolidadas do Exercício do ano 2006 e bem assim a proposta de aplicação de resultados, relativamente à qual foi sugerido que o resultado líquido positivo do exercício, no montante de 4 509 723,91 €, seja dada a seguinte aplicação:

Resultados transitados - 4 058 751,52 €
Reserva de investimento - 450 972,39 €
- Uma vez apreciado o documento em questão e a proposta apresentada, foi deliberado aprovar por unanimidade.
- E nada mais havendo a tratar foi, encerrada a reunião e lavrada a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada.»

